



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Acta n.º 10**

### **1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de Fevereiro de 2011**

Aos vinte e oito dias de Fevereiro, do ano dois mil e onze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre sob a presidência de Antero de Figueiredo Marques Teixeira e com a presença dos seguintes Membros: Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, José Chambel Tomé (em substituição de Albano António de Sousa Varela e Silva nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Luís Manuel Madeira Pargana, Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade Moreira Testa, Miguel André Telo de Arriaga, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Adriano da Graça Mourato Capote, José Manuel Cavalheiro (em substituição de, Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Catarina Alexandra Dias, António Fernando Ceia Biscainho, João Luís S. G. Pina (em substituição de Carlos Alberto da Conceição Afonso nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Carlos Alberto Martins Vintém, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, António José Morais Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, António Maria Petas Chaparro, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva, João Hermínio Henriques Janeiro, Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro.

O Presidente da Assembleia Municipal, Antero de Figueiredo Marques Teixeira, deu início aos trabalhos, eram 21:00 horas, começando por dar conhecimento aos Membros presentes da correspondência endereçada àquela Assembleia. Nomeadamente, uma menção da ANMP acerca do segundo memorando de entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses e que se desejarem ver estará disponível em [www.anmp.pt](http://www.anmp.pt), disse ainda, que receberam também um manifesto intitulado “Investir na Educação, Defender a Escola Pública” enviado pelos Sindicatos da Área da Educação tendo como primeiro subscritor a FENPROF, estará disponível para verem, recebemos também um ofício do Município do Crato conjuntamente com várias situações relacionadas com o Concelho do Crato, vindo do Município do Crato, acerca dos problemas do concelho, onde estão algumas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

situações inerentes ao fim e ao cabo a todos os municípios do Distrito de Portalegre, nomeadamente a conclusão do IC13 com ligação à fronteira de Galegos Marvão, a realização da auto estrada de ligação entre a A23 e a A6 construção da plataforma logística de Elvas, Caia, a construção de uma ponte internacional sobre o rio Sever, ligação de Portugal Montalvão, Nisa Espanha, o Apoio Financeiro ao pleno funcionamento dos lares, lares de IPSS, Misericórdias e mais algumas situações concretas do Município do Crato, refere também que foi recebida uma Moção da Assembleia Municipal de Tomar, sobre o tema portagens na A23, um tema recorrente e agora mais premente uma vez que em Abril vão entrar em funcionamento. Por último o P.A. recordou que correu nos últimos dias deste mês, uma petição pública sobre o movimento a favor da concessão do Centro de Formação da G.N.R. é uma matéria sensível e importante para o próprio desenvolvimento do Concelho. Neste caso o P.A. pede a todas as forças políticas com assento na A.M. e diz, porque representamos naturalmente os habitantes do concelho, que não ficassem indiferentes a este movimento e que por seu lado também se pudessem encarar formas e juntamente com outros movimentos que existem, como Portalegre em transição e outros, de se encontrar forma supra partidária de entendimento relativamente a esta questão que já se vem arrastando à demasiado tempo, ficará aqui uma futura reunião da própria conferência de representantes ou de outra forma apelava a que os partidos se pudessem entender nesta matéria. -----

Como o Presidente da Assembleia referiu e para não se tornar maçador passava a palavra ao **Público**. -----

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Presidente da Assembleia, **Antero Teixeira** a palavra ao público que está presente, questionando se alguém desejaria utilizar da palavra que se apresentasse e expusesse as razões da sua presença nesta Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Arquitecto **João Nuno Cardoso** que disse estar presente nesta Assembleia como representante da Associação de Pais, do Agrupamento n.º 2 de Portalegre, começando por dizer que o que o trouxe à Assembleia foi uma questão que os preocupa bastante desde o início deste ano, que é um número elevado de Auxiliares de Educação do referido agrupamento, cerca de 10, que estão a trabalhar sem auferir absolutamente nada, estão a trabalhar em regime de voluntariado há quase dois meses, refere ainda que esta situação como já disse os preocupa bastante e que lhes parece não ser resolvida com a brevidade que merece e que pode por em causa o funcionamento de uma série de escolas do seu agrupamento, diz também que existem casos bastante complicados do ponto de vista social,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

são pessoas que estão a pagar do seu bolso para ir trabalhar, estão a pagar os transportes, a alimentação, e estão pura e simplesmente, por voluntariado a dar o apoio que é necessário, para que as escolas funcionem, refere ainda que já escreveram ao município e ao agrupamento. Registam que tem havido algumas démarches por parte da Câmara para que a situação se resolva, mas como não conseguem ver um fim deste problema lhes parece que se pode por em causa o normal funcionamento das escolas, existem escolas de pré escolar em que a grande maioria das auxiliares, estão a funcionar assim, e sem essas auxiliares a trabalhar implica que as crianças deixem de poder entrar mais cedo, tenham que ir almoçar a casa e tenham que sair mais cedo também, com graves problemas para os pais, mas essencialmente com enormes prejuízos para as crianças, diz por último que é esta a situação que o trouxe aqui ao conhecimento da Assembleia. Terminando assim a sua intervenção e ao mesmo tempo agradecendo. -----

O Presidente da Assembleia, **Antero Teixeira**, agradece também e pergunta se mais alguém do público deseja usar da palavra, como tal não aconteceu passou a palavra a alguém que estivesse ligado a esta matéria, dando a palavra ao Presidente da Câmara, **Mata Cáceres**, o qual referiu que antes de passar a palavra à Vice-Presidente, Adelaide Teixeira, de facto é um problema e uma situação que também tem preocupado a todos e como é evidente e obviamente está no espírito da Câmara, quer assegurar tanto o pagamento às Senhoras que estão a trabalhar nesta tarefa, quer a resolução do problema tão breve quanto possível, refere também que pode assegurar que neste momento a Vice-Presidente vai explicar tecnicamente todos estes pormenores desta situação, e adianta que vai na quarta-feira ter uma reunião com os diferentes departamentos do Governo que tem que super-entender e visar toda esta situação já referida, e que tem que ver com a evolução da aprovação do orçamento, e das alterações que têm a ver com o Orçamento de Estado, sendo portanto um emaranhado de situações que está perfeitamente deslindado e clarificado, diz também que quer que fique bem claro que nunca foi descuidado este processo nem de perto nem de longe, e sequer equacionável a hipótese de as Senhoras não receberem e que se está a acompanhar a situação e que de uma hora para a outra e pensa que hoje com a decisão do orçamento, vai ajudar a que se possa evoluir com atitudes complementares para resolver o problema. Assim, O Presidente da Câmara pede à Vice-Presidente que esclareça melhor as questões em pormenor, uma vez que tem mais informação do que ele. -----

No uso da palavra a **Vice-Presidente** agradece a questão colocada e refere que é um assunto que os preocupa bastante e que vai tentar fazer um apanhado do que foi e do que tem sido este assunto e como é que o mesmo decorreu. Comunicou que em 2010 se abriu um concurso para três auxiliares de educação e que desse concurso resultou uma bolsa de recrutamento – uma bolsa que ficou e resultante da própria lista classificada, que se pode utilizar seja que para além daqueles três lugares se poderia ir lá buscar pessoas. Entretanto em 31 de Dezembro de 2010, sai a Lei do Orçamental do Estado, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

como ninguém podia adivinhar o que lá dizia, e nele vem referido que as Câmaras com endividamento líquido podem de facto utilizar as Bolsas de Recrutamento, mas deverão pedir previamente aos membros do governo autorização, mas coloca-se aqui uma questão, essa bolsa de recrutamento foi aberta em 2010 e a legislação recaía sobre todo o procedimento em aberto em 2011, fica aqui a dúvida se nós tinha-mos de facto pedir autorização aos membros do Governo, ou seja ao Ministro das Finanças e o da Administração Local, perante estas dúvidas o que se fez foi pedir à CCDR e à Associação Nacional de Municípios Portugueses, para nos darem portanto um parecer, parecer esse que tardou a aparecer e só hoje da parte da tarde, é que chegou o parecer da ANMP. Entretanto a CCDR enviou-nos na semana passada, na segunda-feira um parecer mais informal dizendo que podíamos avançar com o procedimento e que parecia em princípio que nós não precisava-mos de pedir portanto esse parecer, no entanto foram feitas todas as diligências conversando e reunindo com as pessoas na terça feira pelas 18,00 horas. Refere ainda que, no entanto veio agora um parecer dizendo exactamente o contrario, inclusive a própria DGAL, havia factos cá fora aos quais não tínhamos acesso, só a CCDR é que tinha acesso e a ANMP, tínhamos pouca informação. Perante isto na sexta feira nós e perante a informação/parecer da CCDR, avançamos com um pedido ao Ministro que tutela a Administração Pública, e ao Ministro das Finanças, foi enviado por fax, por ofício e neste momento nós podemos avançar com os contratos mas isso será ilegal, porque temos que ter o tal parecer prévio dos membros do Governo, refere também que neste momento, a resolução deste problema não está nas mãos da Autarquia, mas sim nos membros do Governo, que poderão dizer que sim ou poderão dizer que não, porém diz que lhe parece sensato dizer que sim, porque uma Bolsa de Recrutamento que de facto foi aberta em 2010, para um concurso para três auxiliares de educação e existe realmente essa bolsa de recrutamento, foi publicitada em 2010 e fazia todo o sentido que a Câmara a desse a conhecer e não estar agora a pedir autorização, chamando a atenção e diz que as Câmaras, tiveram sempre autonomia administrativa e financeira, mas que essa lei vem tirar-nos essa autonomia, ninguém podia prever isto, a lei saiu no dia 31 e estas pessoas terminavam o contrato no dia 3 de Janeiro, portanto não podíamos antecipar as coisas, mas temos que arranjar uma alternativa para que estas pessoas não possam ficar prejudicadas e uma das alternativas que estamos a equacionar, se calhar até é a prestação de serviço, enquanto não vem a autorização, não está nas nossas mãos, o Senhor Presidente como acabou de dizer vai estar na próxima quarta feira com estes membros do governo no sentido de fazer pressão porque as escolas não podem parar e as pessoas também não podem ficar prejudicadas, obviamente, e foi isto que explicou na terça feira às Auxiliares de Acção Educativa, que estavam presentes. Diz ainda que esta Lei levanta dúvidas a própria CCDR, que mostra ter dúvidas e uma prova disso é que uma vez disse isso apesar do primeiro parecer que foi informal, mas a verdade é que nós só tivemos os pareceres formais posteriormente, um chegou agora, e o outro da ANMP só



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

chegou na sexta feira, perante isto, imediatamente enviamos e fizemos os procedimentos que achávamos e devíamos fazer de acordo com os pareceres que nos enviaram. A Vice-Presidente conclui e diz que, espera ter se respondido à questão. -----

No uso da palavra **Adriano Capote** cumprimenta a Assembleia e diz que, o que preocupa a CDU neste problema não é principalmente a questão dos trabalhadores, nem a questão da Câmara é a questão dos alunos e a questão da educação neste País, diz saber que as Autarquias têm como responsabilidade máxima para tudo o que seja a vida no concelho, a defesa dos interesses da população que as elegeram, e sabem que as autarquias são e têm sido indicadas como a grande força, o poder local que resolveu montes de situações, sabemos que em altura de crise o poder central não retira a autonomia financeira às Câmaras, mas legisla e regulamenta e regula a actividade das Câmaras também, mas não lhes retira a autonomia financeira e muito menos administrativa, portanto o que os preocupa, nesta altura é que uma Câmara que não conhece os meandros onde se joga e onde anda no início do ano escolar ou antes disso, porque esta lei já é de há mais tempo, uma Câmara que não se junta com a ANMP para nesse grupo que pretende defender as autarquias, lutar e lutar mesmo contra aquilo que o poder central ou o Governo faz para resolver a crise do deficit, uma Câmara que não faz isso tudo para não chegar a este ponto perdeu tempo e não é o desconhecimento da lei que desculpa o crime, quanto a isso diz também que estamos arrumados, agora o que preocupa a CDU é a política de gestão do deficit, mesmo que seja com a educação de crianças, porque não estão preocupados se estão voluntários, mas estão lá e o problema é quando eles não forem e para onde é que vão as crianças e como é que as crianças são tratadas e isso é que é preciso dizer ao Partido Socialista que perceba que quando há pouco dinheiro as opções e as prioridades têm que ser claramente definidas e se não há dinheiro não se pode gastar em quê e o quê! É que é mais importante e o que sabem neste momento e em muitas das coisas para além dos trabalhadores pagarem sempre, é que há situações desde Guterres que era uma paixão pela educação que deixaram de o ser e nem já paixão quase que nem amizade mesmo a educação, saúde e outras que tais, vamos ver hoje que mais algumas pagam pela crise e pelo deficit, portanto é preciso ter cuidado porque a Câmara tem que resolver o problema por ela seja como for dentro das finanças da Câmara e dos recursos da Câmara, as crianças de Portalegre, como diria a Ministra, “eu” digo os alunos de Portalegre, não podem ficar à espera de um parecer que não é vinculativo é um parecer, uma ajuda, para resolver um problema que é real.-----

O Presidente da Assembleia agradece, dando a palavra a **José Baptista** que começou por saudar os munícipes que se deslocaram à Assembleia para expor o caso anteriormente referido, e disse que isto é mais o resultado de uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

política desastrosa do governo socialista em matéria da educação, quando se fazem políticas a régua e esquadro das áreas e das realidades diferentes, de cada uma das regiões do país e de cada um dos municípios, o que acaba por acontecer são situações como esta, isto é verdadeiramente lamentável isto não poderia estar a acontecer mas quando são mais importantes os número do que as pessoas, é isto que acaba por acontecer, nós defendemos que cada caso é um caso e portanto a lei devia ter previsto estas situações infelizmente como a lei é a das estatísticas não previu, não posso no entanto deixar aqui o meu digamos que desejo que é de que isto se resolva a muito curto prazo, pensa que já estão dadas condições para agora de futuro a Câmara possa vir a resolver esta situação e assim permitir que estas crianças, tenham um pouco mais de dignidade na escola que frequentam e que lhes permita melhorar a situação à qual já não é nada boa depois da política educacional do Partido Socialista. -----

No uso da palavra **António Biscainho** dá as boas noites a todos, nomeadamente aos concidadãos que se encontravam na sala e que vieram apresentar o problema atrás referido, disse que não ia falar muito mais sobre o assunto, mas que queria lembrar o seguinte: Que efectivamente o Município de Portalegre, tem um excesso de endividamento liquido e que também o tem decorrente das alterações que sucessivamente e desde 2002 a Lei das Finanças Locais tem sofrido, porque desde 2002 até à ultima alteração houve três alterações à Lei das Finanças Locais, disse também que mesmo nessa situação o município tem vindo a cumprir aquilo que a lei determina, que é a redução do endividamento em 10% ao ano, e diz, mais o município tem ultrapassado as metas de redução que lhe foram impostas, diz também que salvo o erro no primeiro ano reduziu na ordem dos 30%, no segundo ano na casa dos 20%, e no terceiro ano na casa dos 11/12%, portanto temos vindo a cumprir mesmo assim com a Lei das Finanças Locais, para além deste pormenor refere que, obviamente a Lei do Orçamento Geral do Estado atira para cima dos municípios também, para além daquilo que atira para cima da população, e nomeadamente da população que vive dos seus vencimentos quase indiscriminadamente, as questões da redução do défice mas atira para cima dos municípios com este tipo de situações, não tendo em conta as reduções das transferências que já em 2009 foram significativas, no caso de Portalegre na ordem dos 300 000 €, para 2011 que serão na ordem dos 700 000 €, e estas situações têm peso. Por outro lado diz ainda que não vai agora e aqui discutir se o orçamento podia ou devia, vou trazer essa questão, ter sido aprovado ainda em 2010? Mas quer me parecer que tendo sido aprovado o orçamento em 2010 e os mapas de pessoal, o procedimento poderia antes do dia 31 de Dezembro ter avançado antes da entrada portanto da Lei do Orçamento Geral do Estado, e frisou também, que, efectivamente esta política a nível nacional de corte indiscriminado, é do mais gravoso que pode haver sem se perceber nem a situação dos municípios, nem as suas necessidades, e atira-se para a opinião pública e faz-se que querer que os municípios são



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

responsáveis pelo défice, quando toda a gente sabe que a responsabilidade do défice não é por algumas centenas de milhar de euros em que a Câmara de Portalegre ou outros municípios possam ter excedido o endividamento líquido mas provavelmente e se olhar-mos e isto também já vai sendo um lugar comum, e se olhar-mos para os défices das empresa públicas, se calhar uma só uma empresa pública tem um défice superior ao conjunto dos municípios portugueses, portanto estamos a tentar atirar isto para os Municípios e para o excesso de endividamento, para e penso que é também escamotear a situação. -----

No uso da palavra o Vereador **Hugo Capote** refere que só queria por uma questão dizendo que não percebeu da Senhora Vice-Presidente o que é que se vai fazer? Se, se vai avançar com o contrato ou, se, se vai para a prestação de serviço? Vai-se esperar pela resposta? Isto é o que as pessoas cá vieram fazer! Amanhã temos auxiliares com contrato feito? Podemos ter uma ilegalidade ou não temos? Avança-se com a prestação de serviços ou não se avança? Diz também que tem uma sugestão, e se são precisas 10 auxiliares, arranjam-se 10 funcionários da Câmara que substituam as 10 auxiliares necessárias, enquanto o problema não está resolvido. -----

A Vice-Presidente **Adelaide Teixeira**, esclarece que só recebeu o parecer hoje à tarde, há pouco tempo atrás, por parte da ANMP, referindo que vão ter que resolver e se calhar vão ter que partir para a prestação de serviços uma vez que não está a ver a Câmara a cometer uma ilegalidade, diz também que se tem que esperar pelo parecer dos membros do Governo, diz ainda que, em termos do orçamento, está contemplado em orçamento para 2011 e que não tem nada a ver com o orçamento, poderá ter a ver com o facto de neste momento estar a ser votado, mas não tem nada a ver com o orçamento, acrescenta, portanto a verba para estas Auxiliares de Educação está lá contemplado em orçamento, também soou cá fora que e já estava no outro anterior orçamento. -----

O Presidente da Câmara **Mata Cáceres**, intervém dizendo que à partida as crianças nas escolas não vão ficar sem este apoio que estas pessoas estão a dar, nem que se tivesse que fazer como diz o Vereador Capote, disse que nem o Presidente da Câmara tenha que ir para lá fazer em termos de apoio, ao funcionamento das escola e das crianças, desde que aprenda e já aprendeu tantas coisas também aprendia esta, refere, mas diz ainda que o que está aqui em causa são duas situações, é garantir o apoio às crianças e ao funcionamento das escolas, mas é também garantir a continuidade do posto de trabalho daquela gente, que tem tido uma postura como tem tido, e duma dedicação como tem tido, e tem tido porque sabe e tem tido reuniões com a Câmara na pessoa das senhoras vereadoras, e sabe que estamos a acompanhar e a tratar desta problemática com toda a preocupação que lhes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

assiste, portanto há-de haver aqui uma solução que nos permita renumerar com retroactividade a situação das pessoas que lá estão e garantir a continuidade do posto de trabalho às pessoas que tem estado a trabalhar nesta matéria, portanto termina dizendo que não queria adiantar muito mais, mas que é basicamente esta a questão. -----

Pedindo a palavra, **António Oliveira**, deu as boas noites a todos os presentes, e disse que veio aqui abordar uma questão que foi discutida na última A.M. e que se prende com uma Moção apresentada pelo colega e membro desta Assembleia António José Batista, e solicitou autorização para a ler, fazendo questão que a mesma fosse transcrita para a acta. -----

*” Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre.*

*Ex.mos Membros da Assembleia Municipal de Portalegre.*

*Na última sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em Dezembro de 2010, foi apresentada pelo eleito do CDS/PP, e aprovada, uma moção alusiva à passagem de mais um aniversário sobre os acontecimentos do dia 25 de Novembro de 1975; a qual terminava com a proposta de consagração do mesmo como “Dia Municipal da Liberdade”.*

*Não pondo em causa obviamente a legitimidade para a apresentação desta moção ou a regularidade formal da aprovação da mesma (não obstante tal só ter sucedido, e após a verificação da existência de um empate, através do voto de qualidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal), não posso deixar de efectuar a seguinte declaração, que veicula estritamente a minha posição pessoal, mas que considero ser um imperativo de consciência aqui transmitir:*

- 1. A consagração de um determinado dia do calendário civil como Dia Municipal de..., visa sobretudo, a meu ver, enaltecer ou realçar, junto da comunidade de um Município, uma personalidade, um acontecimento ou uma situação relevante e claramente específica da história e da vida desse mesmo Município.*
- 2. A um nível mais amplo, e no caso concreto do nosso País, encontram-se consagradas no calendário diversas datas, como forma de destacar personalidades ou eventos marcantes, em termos históricos, sociais, culturais e/ou religiosos. Estes dias, por se entender que devem claramente assumir um âmbito nacional e congregar em torno da sua comemoração o maior número possível de Portugueses, até costumam merecer um especial relevo, através da atribuição da designação oficial de “Feriado Nacional”.*
- 3. Sucede que, no caso da moção a que nos estamos a referir, pretendia a mesma (e foi aprovado!) que o dia 25 de Novembro passasse a ser assinalado e designado como “Dia Municipal da Liberdade”...*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

4. *Sucedede também que, no calendário em vigor no nosso País, existe já um dia (de âmbito e carácter nacional e que se encontra consagrado na lista dos feriados oficiais de Portugal) a que é atribuída a designação de “Dia da Liberdade”; o qual, como todos sabemos e pelas razões que também todos conhecemos, se comemora a 25 de Abril...*
5. *Parece-me, por isso, descabido em termos políticos, eticamente duvidoso, e até algo discutível do ponto de vista estritamente formal, que o Município de Portalegre opte agora pela “originalidade” de passar a festejar a Liberdade em dia diferente daquele em que todo o resto do território nacional o comemora!*

*Termino, manifestando desde já a minha esperança pessoal, e também enquanto autarca eleito neste Município, de que esta situação, que considero até algo embaraçosa para os Portalegrenses, possa ser rapidamente corrigida; esperando que, agora que abrimos este precedente, não tenhamos que vir a ser confrontados brevemente com a decisão de, em Portalegre, passarmos a comemorar, por exemplo, o Dia Municipal de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas em... Janeiro, ou o Dia Municipal da Restauração da Independência... talvez em Março, ou ainda o Dia Municipal da Implantação da República lá para... Agosto, ou até (quem sabe?...) a comemorar o Dia Municipal de Natal em... Outubro!*

*Portalegre, 28 de Fevereiro de 2011.*

*António Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço e membro por inerência da Assembleia Municipal de Portalegre)”.*

Usando da palavra **António José Baptista**, diz que tentando ser sucinto e em primeiro lugar refere que quando apresentou a Moção para a Assembleia Municipal. Decidir proclamar o dia 25 de Novembro como o dia municipal de liberdade fez menção e não foi por acaso de lá escrever como dia municipal da liberdade e não como dia da liberdade, é porque sabe perfeitamente que o 25 de Abril é o dia em que se comemora em termos nacionais o dia da liberdade, diz ainda que não o quis por em causa, e portando mesmo, escreveu com a redacção que escreveu, as questões que foram levantadas em termos duvidosa formais a ele não lhe assistiram depois de uma rigorosa leitura quer da lei quer dos regulamentos mas admite que hoje as pessoas tenham outra interpretação. Pois cabe-lhe dizer que não era nascido nem a 25 de Abril, nem a 25 de Novembro, nasceu em 2 de Julho de 1980, no entanto é uma pessoa que gosta de se informar da história e é uma pessoa que até gosta de ir mais além do que aquela história que lhe é pública e publicada, gosta de procurar mais e gosta de se inteirar mais, é certo que no dia 25 de Novembro pensa que nem ele nem o seu colega António Oliveira estavam em Portalegre, ele porque ainda não era nascido e o António Oliveira porque ainda não vivia cá, diz ainda



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que provavelmente não sabe a importância que o dia 25 de Novembro teve para o Alentejo e acredita que seja essa a causa da justificação do que disse, mas que entende que teve uma grande importância para o Alentejo, entende que se não fosse no Alentejo nomeadamente, e no Ribatejo também, a força de pessoas que tiveram a coragem de no dia 25 de Novembro, terem ido para a rua e enfrentar poderes totalitários, se calhar o país estava em situação ainda muito pior e se calhar até estava-mos agora a discutir e tentar implementar umas revoltas democráticas, coma as que se passam no Norte de África, isso são suposições, refere: mas uma coisa é certa nem eu nem o António Oliveira cá estava-mos, por isso ele não sabe reconhecer o valor do 25 de Novembro para o Alentejo, não posso deixar também aqui de referenciar, que quando foi aqui referido que se queria comemorar a Implantação da República ou a Restauração da Independência, obviamente que isso são datas nacionais e não são datas municipais, e são datas fixadas nem um só dia em especial, também não me cabe a mim comemorar o dia de Portugal noutra dia, por isso ao feriado Nacional que é o dia de Portugal e há os feriados municipais que o município tem e não é por isso que todos os municípios têm que comemorar os seus dias como o dia de Portugal. Cada Município escolhe comemorar o seu dia de acordo com o dia que a história mais lhe conferiu, por isso mesmo, deixe-me dizer que já estava á espera que isto viesse a acontecer no início não esperei que viesse da parte do PSD, sou sincero mas depois dos últimos acontecimentos em termos do orçamento percebi porque é que veio da parte do PSD. -----

**António Oliveira** intervém para esclarecer que fez questão de frisar que a proposta não vinha do PSD, mas sim de António Oliveira, enquanto eleito nesta Assembleia Municipal, e que o António José Batista e depois de alguns considerandos acabou por lhe dar a razão, porque falou nos dias de Instauração da Independência e dos feriados Nacionais, ele disse também que o 25 de Abril é um feriado nacional ele se calhar não percebeu! Esclarece também que em 75 já estava cá em Portalegre, e que ele não tinha nascido mas que ele já cá morava. -----

O Presidente da Assembleia dá palavra a **Catarina Dias**, que diz que queria fazer a sua intervenção no âmbito da intervenção que foi feita por parte do público, porque houve aqui algumas dúvidas das que ficaram, e que a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente referiu-se à abertura de um concurso, para 3 auxiliares, que foi feito em 2010 e depois refere que ficou uma bolsa de recrutamento à qual podiam ter recorrido mas que saiu uma lei a 31 de Dezembro. O Presidente da Assembleia, refere que esse assunto das auxiliares já foi tratado, e que não podemos estar a voltar ao mesmo. Luís Testa pede uma interpelação dizendo que os grupos municipais dispõem de um tempo determinado no regimento, e utilizam-no da forma que entenderem. O P.A não concorda e diz que não pode estar a referir-se à intervenção do público e Luís Testa diz que nesses 3 minutos podem referir-se a tudo o que entenderem. Adriano Capote pede ponto de ordem à mesa e diz que quem dirige os trabalhos é o Presidente da Mesa,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

diz também que se admira muito quando num conselho de solidariedade quando a um colega da bancada socialista o Cabé, foi negada a palavra e agora se volta ao mesmo e que por isso o assunto está arrumado. Luís Testa interpela novamente referindo que o Partido Socialista entendeu dispor dos seus 3 minutos para colocar 2 questões e que a 1.ª delas está a ser colocada pela membro da A.M. Catarina Dias, o P.A. diz que os 3 minutos foram esgotados pelo Luís, o qual alegou que não o entrevistou dentro do período da ordem do dia, mas sim no período de intervenção do público, mas o P.A. refere que é a mesma matéria e pergunta a Catarina Dias, se quer por formular outra questão? Catarina Dias continua e diz que a lei saiu a 31 de Dezembro e o contrato dos Auxiliares terminava a 3 de Janeiro, e obviamente que se a lei sai a 31 de Dezembro e se o concurso termina a 3 de Janeiro, aqui há uma falta de gestão e é um erro de gestão da Autarquia e não é um problema do Governo nem do Partido Socialista, o P.A. entrevistou dizendo que isso já foi dito. -----

No uso da palavra, **João Luís Pina**, cumprimenta os presentes, nomeadamente ao novo Chefe de Gabinete dizendo que faz votos para que esteja lá mais tempo que os anteriores, já que o Sr. Presidente muda muitas vezes de Chefe de Gabinete. Relativamente à questão que coloca no que toca à Quinta da Saúde pergunta qual é a intenção que o Município tem, o que é que vai fazer? Se vai vender e em que moldes? E se é verdade que a avaliação atabalhoada a seu ver que o Município fez ou mandou fazer ou já tinha e que fala no valor de 1 € e meio p/ m<sup>2</sup>, de venda da Quinta da Saúde ou em que moldes é que isso está? Continua, dizendo que os valores que lhe chegaram, foi no valor global de venda perto dos 400 mil euros. Lembra que amanhã o Sr. Presidente às seis e meia, vai fazer uma intervenção na Escola Superior de Educação sobre enriquecimento ilícito, e portanto diz que quem comprasse a Quinta da Saúde por esse valor é que era enriquecimento ilícito, e que portanto queria saber qual era a opinião que o município tem sobre essa matéria. -----

O **Presidente da Assembleia** informa que isso é uma situação que obviamente a pode por agora, mas que é uma situação que não vamos ter antes do período de antes da ordem do dia, mas que é um ponto que se vai falar e que se não houver inconveniente se fala a seguir. -----

De seguida **Luís Pargana** pede a palavra e saúda todos os presentes na Assembleia Municipal, e refere que neste período de antes da ordem do dia, já se discutiu questões colocadas pelo público e que já se entrou na discussão do 1.º ponto da ordem de trabalhos da informação municipal um assunto constante do relatório e foi colocada uma declaração de um dos membros da A.M. que teve uma 2.ª intervenção de outros membros, António José Batista e relação à qual tinha pedido a palavra e sobre a qual vai intervir para dizer que não tendo estando presente na última sessão da A.M. onde a referida Moção foi aprovada, não pode deixar de ter opinião e de a transmitir, e que uma Moção que propõe um dia municipal alternativo a um dia comemorativo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

nacional, e que ainda por cima é aprovada em A.M. cobre a própria A.M. que a aprova ridículo, diz também que a intervenção do António Oliveira, ilustrou esse ridículo ao dar vários exemplos de datas alternativas para outros feriados nacionais o dia da independência, o dia de Portugal, por que não comemorar-se por estarmos numa Zona Raiana o dia 12 de Outubro, que é como sabemos o dia da Expaniedade, diz ainda que é ridículo como uma data qualquer alternativa ao 25 de Abril, para um dia da Liberdade, seja municipal ou seja o que for é obviamente ridículo e que a interpretação que fazem desta posição foi uma intenção de conferir um cunho ideológico à A.M. de Portalegre, não há outra, cunho ideológico esse assumido à risca com um voto de qualidade, portanto um cunho ideologicamente obviamente frágil e ridículo na sua substancia e no seu conteúdo, obviamente não há nenhuma deliberação da A.M. para aprovação de uma Moção que como disse de carácter marcadamente ideológico, e portanto não havendo deliberação da A.M. não há decisão, não vale nada e a bancada da CDU reduz esta Moção precisamente à sua real dimensão, à sua total insignificância. Sobre isto disse. -----

No uso da palavra **Miguel Monteiro** intervém dizendo que é até com algum receio e não leve a mal o humor que dirijo a palavra no período antes da ordem do dia, até porque já não sabe muito bem o que podemos discutir aqui, mas que vai tentar, dizendo em 1.º lugar que esteve a conferir o relatório do Sr. Presidente do Município e efectivamente o primeiro ponto da ordem de trabalhos e em nenhum ponto lá vejo o assunto da Quinta da Saúde, por isso acha que o tema foi legitimamente levantado no período antes da ordem do dia e portanto para o qual solicitava esclarecimento e respostas concretas acerca do mesmo, em segundo lugar diz que jogos florais que se vão fazendo à direita relativamente a esta questão do 25 de Novembro, só vêm dar razão àqueles que politicamente de forma clara na última A.M. exerceram o seu sentido de voto relativamente a essa matéria com toda a clareza ou seja, votando contra aquilo que é seu ver e que lhe parecia ser uma deturpação daquilo que é o verdadeiro Dia da Liberdade, que é o dia 25 de Abril, a bancada do Partido Socialista, no caso. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradece e esclarece que o referido ponto era para vir à Assembleia mas não veio e questionou se O Presidente da Câmara queria prestar o esclarecimento devido. -----

- No uso da palavra o **Presidente da Câmara**, que diz que, relativamente à Quinta da Saúde, há-de vir um destes dias à Assembleia Municipal como há-de ir à Câmara e ser discutido o destino a dar à Quinta da Saúde e que não se exclusiva daquilo que é a sua leitura da proposta que há-de ser feita, não passando ainda de uma proposta e que a seu tempo se tornará numa decisão ou não, perguntando a si mesmo qual é a proposta, se é pegar naquilo que é a Quinta da Saúde que tem duas partes, uma que é a do município e outra que o município tem arrendado a terceiros, e pegar na parte que já é propriedade do Município e equacionar 2 nuances, 1 é vender, e a outra é fazer um arrendamento de longo prazo, aquilo que se mostrar mais conveniente, para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

consubstanciar qualquer destas propostas, ela tem que ser suportada numa avaliação que seja aprovada e considerada credível e aquela que seja entendida como a mais valorizadora, daquilo que é o património do município e só quando for viabilizada e aprovada porque até lá podem aparecer propostas das mais díspares e distintas umas das outras, e todas elas são susceptíveis de poderem serem oriundas dos diferentes pareceres, portanto numa primeira instância o que está perspectivado é dar um rumo diferente à Quinta da Saúde daquele que está a ter agora, para que ela volte a fazer aquilo que era o papel que tinha quer na perspectiva do campismo, quer na perspectiva da hotelaria, da restauração, enfim de toda a componente lúdica que ali pode ser desenvolvida, se até lá houve um espaço de tempo em que este processo foi muito prejudicado por causa da capacidade que não houve, de encontrar os proprietários dos terrenos que não são da Câmara, que são arrendados. Essas pessoas foram localizadas há relativamente pouco tempo e foram estabelecidos contactos e negociações para se poder inclusivamente estabelecer um acordo de negócio, fazer uma compra ou a Câmara adquirir os terrenos para depois negociar todo o território que lá está, enquanto tal pode ser equacionado uma destas 2 situações ou um arrendamento de longa duração em que o indivíduo faça o investimento e passado um determinado período, isto é uma figura às vezes usual, pode a partir de um determinado período ter que retornar à Câmara ou a outra situação é a venda em propriedade plena daquele imóvel, para tanto vão ser feitas as correspondentes avaliações e vão ser discutidos que valores é que vão ser aceitáveis, ou não, e quando se chegar a um consenso sobre isso, tomar-se-á uma decisão. -----

**Luís Testa** pede a palavra, e diz que depreendem é que nem a Câmara na sua plenitude nem os vereadores que têm de pelouros ainda sabem muito bem qual é que é o destino a dar à Quinta da Saúde, existem negociações em curso, para a aquisição do terreno que está neste momento, sobre o qual está vigente um contrato de arrendamento, existem digamos ainda algumas indefinições sobre o modelo do qual a propriedade será cedida, ou o seu usufruto será cedido, não existe clareza quanto ao projecto e chega a reunião de Câmara como ponto de ordem de trabalhos de uma reunião da Câmara Municipal de Portalegre, um documento que prevê uma avaliação e que o seu destino seria a venda da parte que neste momento é propriedade do Município de Portalegre, se há esta indefinição toda, como é que chega à reunião de Câmara este documento e como é que ele é inscrito, porque só o Sr. Presidente e os demais vereadores é que têm poderes para inscrever pontos na ordem de trabalhos, como é que isto chega a reunião de Câmara e mais, diz que gostaria e faz aqui uma aferição saber se a perspectiva de aquisição que o Sr. Presidente tem relativamente ao terreno em que está vigente um contrato de arrendamento, é por valores semelhantes aos valores enunciados nessa dita avaliação, e porque sabem todos bem que aquele património do Município é valioso, aquele património compaginado com outras avaliações e com opiniões inclusivamente opiniões do Sr. Presidente, relativamente a outros



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

prédios rústicos, está subavaliado. Diz ainda que o Partido Socialista gostaria de saber como é que isto chega a uma reunião de Câmara, porque é que o Sr. Presidente optou por inscrever isto na ordem de trabalhos? Esta é a questão, e por aqueles valores! -----

No uso da palavra o **Presidente da Câmara** diz que já que mais não seja para o Sr. Dr. saber aquilo que está a dizer, porque à partida aquilo que está em causa é que sejam salvaguardados os interesses daquele património e eles serão salvaguardados tentando obter o melhor preço possível para aquele negócio, e qualquer negócio que seja feito vai ser sempre mediante aqueles procedimentos normais da hasta pública em que o mercado funcionará e mesmo que aquele terreno ou outro qualquer seja posto em hasta pública por uma verba, muito abaixo do valor se o mercado estiver desperto e é possível e tem que estar desperto e tem que estar agitado nesse sentido, não deixará que existam situações de aproveitamento ilícito da situação, porque, agora não está de acordo, refere ainda, o amigo falou há bocado aí num euro e meio, eu também não estou de acordo com o valor do euro e meio, também não estou de acordo com esse valor mas esse valor resultou de uma... Srs tenham calma parece que ficam nervosos, parece que quando vêm público aqui ficam...transcendem-se, estamos a dizer que o processo está longe de estar resolvido se aquilo puder atingir valores muito mais significativos que atinja porque não é por força destas circunstâncias que está impedido de o poder atingir e não há nenhum de nós que não queira o caso de opção ser a venda que se obtenha o melhor valor possível por aquele património em nenhuma circunstância. -----

**Luís Testa** intervém dizendo que o Presidente da Câmara não respondeu à pergunta, que lhe foi colocada, e que gostariam de saber porque é que o ponto foi inscrito na ordem de trabalhos. O Presidente da Câmara. responde que foi fora da ordem do dia e portanto como muitas vezes acontece inscrevem-se pontos para tentar despachar assuntos que estão pendentes e que nós queremos ver resolvidos, só posteriormente é que percebeu que o valor de avaliação estava a ser aquele, e diz que também não está de acordo com aquele valor e por isso mesmo concordou que se retirasse aquele valor. Qual é a transcendência deste problema? -----

**António José Baptista** intervém dizendo que tinha pedido a palavra antes do luís começar a sua intervenção, para proferir uma declaração política para fazer parte do seu tempo no mínimo querendo interpolação à mesa mas para dizer que era bom que nesta primeira assembleia municipal em que o tempo estamos a cumprir o regimento dos tempos e já que existe um cronómetro que ele seja fielmente respeitado e que não fossem excedidos. Não parece que seja isso que esteja a acontecer refere que a sua **declaração política** é muito simples e irá passar a referi-la "Conhecemos há poucos dias os números do desemprego a nível nacional quando o actual 1.º Ministro fez campanha em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

2005 anunciou que pretendia criar mais 150 000 postos de trabalho, como se fosse competência de um 1.º Ministro criar mais 150 000 postos de trabalho, mas o que é sim competência ou melhor o que é incompetência é permitir que o Estado da Economia e que o Estado das Finanças Públicas tenham feito com que em 2005 até ao último trimestre de 2011 o desemprego tenha subido de 7,2 para 11,1%, ou seja 399 000 desempregados para 620 000, o que pressupõe uma subida de mais de 220 000 desempregado, o desemprego jovem teve uma subida maior subiu de 15,3 para 23%, se há época 7,2 era o início de uma governação falhada o que será então 11,1, não podemos aqui esquecer e deixe dizer para que se perceba melhor que como os números são reais que desde que o P.S. chegou ao Governo por ano aumentaram 39 945 desempregados, por mês aumentaram 3 329 por dia 151 e por hora de trabalho ficaram 19, isto sim é o erro de uma política económica uma política financeira e numa política fiscal que tem levado a que o País não pare de ver o número dos desempregados a subir, o nosso distrito alia à falta de emprego alia ao numero de desempregados o problema da desertificação, nós estamos a ser abandonados pelo Partido Socialista, o que leve com que muitas pessoas sejam obrigadas a abandonar as nossa terras contra isto que só vi hoje, proferi esta declaração, e entendendo que é da maior gravidade o que se está a passar nos país, e de um modo muito substancial o que se está a passar no Alentejo e com o desemprego a subir e com as pessoas a saírem”.-----

Usando da palavra **Adriano Capote**, que se dirige ao Sr. Presidente diz que isto gera confusão e se calhar a comissão de líderes é melhor por no regulamento que antes de passar para outra inscrição o Sr. Presidente pergunte se ainda é do mesmo assunto que estava a ser tratado, e que não há mal nisso nós porque iam intervir sobre o assunto anterior, que era a Quinta da Saúde, vejam só o que é que isto dá. A CDU, Sr. Presidente e se lhe permite gostaria de dar um conselho ao Sr. Presidente da Câmara, refere: estamos em Órgãos Eleitos por Partidos que enquanto Partidos e Associações com características, com actuação e com práticas próprias sabem exactamente o que se passa nos diferentes órgãos onde estão eleitos, e portanto aquilo que é apresentado em Câmara a elementos da CDU, todos os elementos da CDU mesmo da Assembleia Municipal sabem o que foi apresentado e a menos que o Sr. Presidente quisesse fazer uma proposta que depois iria votar contra, o Sr. fez uma proposta de venda da Quinta da Saúde por um valor, e que foi retirada, portanto é bom que se respeite a A.M. reconhecendo aos elementos da A.M. que têm contactos todos os dias com os eleitos da CDU na Câmara esta é a 1.ª recomendação. A 2.ª recomendação à Câmara é que a Quinta da Saúde seja qual for o destino que lhe venha que ser dado neste momento porque é um património como principal importância para o desenvolvimento do concelho do concelho seja feito não para pagar o défice e situação financeira da Câmara mas para desenvolver, o que quer dizer que não basta, não vamos vender, não vamos alienar, não vamos arrendar, não vamos concessionar a qualquer preço, são duas recomendações que a CDU deixa à C.M.P.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra **António Biscainho** diz que era sobre o mesmo assunto que queria intervir enquanto membro da Assembleia Municipal e enquanto cidadão dizer que não vê aqui nenhum drama e que esta situação de se abordar na reunião de Câmara fora da ordem do dia este problema na sua opinião só peca por tardia, foi dado o pontapé de saída para uma discussão e que não se preocupa nada e que acha que não deve haver aqui confusão se o valor inicialmente apontado por numa avaliação técnica que pode ser discutível ou não é X ou é Y, porque 1.º tem que haver sempre um regulamento de venda que seja aprovado pelo executivo e independentemente daquilo que é na sua opinião o bom senso e a capacidade do Sr. Presidente e dos Vereadores a tempo inteiro também acredita e que também tem para si ciente que os membros do executivo que não estão a tempo inteiro, do P.S. e da CDU, também são pessoas de bom senso e com capacidade para discutirem os 7, a situação cheguem a um consenso porque não pode ser imposto por 3 contra 4 nem isso esteve nem está e penso que isso nunca estará em cima da mesa mas que o executivo municipal terá que aprovar um regulamento, aquele que seja efectivamente consensualizado com o melhor e nós A.M. por força de lei também teremos que votar e aprovar ou não, esse regulamento portanto nada destas situações se pode passar nas costas dos eleitos enquanto membros da A.M. e portanto diz não estar nada preocupado com a situação e pensa que felizmente se lançou este debate que vai passar por um consenso no executivo e vai chegar à A.M. e para se decidir em ultima instancia e relativamente a um regulamento dum hasta pública em que há-de ser definido um valor base e não um valor de venda porque quem for licitar terá que o fazer sempre acima do valor com que seja colocado no mercado não vendo aqui nenhum drama, faço é votos para que haja capacidade para que na Assembleia de Abril e em nome do desenvolvimento e do desenvolvimento turístico que este concelho precisa, seja possível ter-mos aqui na assembleia um regulamento de hasta publica que possa merecer o consenso do executivo e que possa merecer o consenso da Assembleia, sem perder-mos de vista também e que isso é do elementar bom senso daquilo que é a situação actual da economia no país e ainda que o principal objectivo como já alguém aqui disse hoje pensa e na sua opinião que não seja e não é por aqui, porque a quinta da saúde não é infelizmente uma galinha dos ovos de ouro, não é por aqui que se resolve qualquer situação de contas do município pode dar uma ajuda mas a ajuda maior da Quinta da Saúde e a sua venda e o investimento podem dar a este concelho é efectivamente o investimento de um operador que crie postos de trabalho e de riqueza, que atraia turistas e que proporcione aqui condições de estadia e de lazer a quem nos queira visitar.-----

Usando da palavra **Luís Pargana** disse ainda sobre este assunto da Quinta da Saúde, que a bancada da CDU está seriamente preocupada com esta questão porque entende que todo aquele espaço é efectivamente um espaço potenciador do desenvolvimento municipal a nível turístico, ambiental, enfim





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sob diversas vertentes, é um espaço que está claramente desaproveitado mas que o seu aproveitamento tem que ser equacionado à luz duma estratégia de desenvolvimento, o Sr. Presidente da Câmara referiu na sua intervenção que talvez a opção fosse a venda, se a opção for a venda o colega da A.M. Biscainho já fala do regulamento de venda como se a decisão já estivesse tomada, diz ainda que acha que a discussão que tem que ser travada, tem que nascer no fim no destino que nós queríamos dar aquele espaço, e depois a partir daí encontrar-se a solução, porque pode não ter que passar necessariamente pela venda e pela alienação de património, o encaixe financeiro da Câmara Municipal não tem que ser necessariamente a melhor estratégia de desenvolvimento sobre isto disse queria anunciar só que por parte da bancada da CDU de 2 Moções ainda no período antes da ordem do dia uma sobre o “**Corte nos apoios às Artes**” por parte do Ministério da Cultura e que é uma atitude da Política Nacional deste Governo que discrimina claramente a Região do Alentejo e particularmente o Distrito de Portalegre, e uma segunda Moção contra os “**Cortes no transportes de doentes não urgentes**”, que também afecta particularmente e com especial acutilância a população envelhecida do Distrito de Portalegre e de toda a Região do Alentejo. Diz ainda que a colega de bancada Fernanda Bacalhau, apresentará as 2 Moções depois da intervenção que se segue: -----

Seguidamente **Miguel Monteiro** que já estava inscrito para intervir, começou por dizer que a sua intervenção é muito sintética e tem a ver com a questão da Quinta da Saúde, já todos hoje ficaram a saber que chegamos aqui hoje a uma conclusão muito simples, 1.º Ponto – Esta Proposta não devia nunca ter ido a reunião de Câmara nos moldes em que foi e nos valores em que foi, porque nos valores em que foi proposta em reunião de câmara, são valores altamente gravosos para aquilo que deve ser a gestão cuidada do Património do Município de Portalegre, diz também que isso parece já obvio para todos. O próprio Sr. Presidente já admitiu aqui que retirou a proposta, isto após também as sugestões que os vereadores da oposição fizeram parece-nos uma evidência e que até não lhe ficava mal reconhecer a precipitação com que levou esta proposta à reunião da Câmara Municipal, a não ser que tenha tentado fazer uma coisa mas como o Sr. é o Presidente da Câmara do meu Município não quero de todo acreditar nisso, que é ter levado isto a reunião de Câmara para tentar atirar o “barro” à parede a ver se colava; eu como cidadão deste concelho, para além de membro desta A.M. não posso de modo algum acreditar numa coisa dessas e portanto, não vou acreditar e vou de bom senso excluir desde já essa opção. -----

Usando da palavra o Presidente da Câmara **Mata Cáceres**, diz, pegando no que acabou de dizer o Sr. Dr. que nem o processo da Quinta da Saúde é barro nem os Srs. Vereadores são parede, e portanto não vale a pena estar a atitar isto àquilo por que não pegava de certeza absoluta, já disse e volto a dizer que o processo da Quinta da Saúde e aquilo que é a sua convicção é há aqui várias



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

peças que sabem isso desde o princípio é que a minha paixão pela resolução daquele processo não passaria pela venda, contudo admitindo outras versões e opiniões estão em cima da mesa todos os cenários possíveis e imaginários e aquilo que teve de bom esta ida deste assunto à reunião fora de ordem, nem sequer foi agendado nem foi retirado nem sequer foi introduzido, suscitou-se uma 1.ª questão à volta desta questão. Foi exactamente debater o procedimento que se pudesse vir a fazer, só lhe posso dizer que na minha opinião aquele território para onde está em última instância perspectivado começar por construir o tal reptilário como forma de incrementar todo um conjunto de circunstâncias do ponto de vista de atracção turística um pouco à semelhança do que acontece com Fluviário de Mora e outras instituições deste tipo e que é considerado um ponto de partida interessante para outras circunstâncias que juntamente com outras coisas que se podem vir a fazer ao longo da encosta da serra para dar uma dinâmica digamos do ponto de vista de atracção turística, e cultural e pedagógica, à volta de um conjunto de circunstâncias que tem que ver com a floresta o espaço rural envolvente desta nossa cidade enfim todas estas situações todos estes aspectos tem que ser tidos em conta e eu sobre isto tenho a minha opinião e o que lhe digo com a maior franqueza é que a proposta foi à Câmara para ser discutida e escusava de lhe dizer isto agora mas não falei o suficiente com o Eng.º Ferreira, que foi o elaborador da proposta a meu pedido e não me certifiquei dos valores que lá estavam, porque eu também não estou de acordo com o valor de 1 euro e meio, todos estaremos de acordo com essa situação e a grande questão que está aqui em causa é que a situação da Quinta da Saúde não caiu sequer nenhuma telha lá do telhado não aconteceu nada limitou-se foi a desencadear um 1.º processo de discussão desta abordagem porque se algum dos Srs. Está interessado em salvaguardar aquela situação toda que além está eu estou nesse clube, claramente que estou para melhor via possível e imaginária, agora não vale a pena estarem a querer fazer um caso de uma situação que não o é porque não é nem sequer estamos aqui a querer promover uma venda para além dos valores que não devem ser utilizados e portanto outra das coisas que aqui não foi dita é que qualquer decisão que venha a ser tomada seja para um arrendamento em qualquer figurino seja para venda em qualquer circunstância, a Câmara deve sempre reservar-se o direito de não entregar aquele negócio quando ele for suscitado se o preço não for considerado conveniente, à melhor salvaguarda que destas situação toda do que aquela que esta situação pode configurar?...para que é que estamos a ver um fantasma aqui com a luz acesa a esta hora da noite! Não vale a pena, à falta de outros argumentos não vale a pena querer pegar neste-----

No uso da palavra **Conceição Grilo** dá as boas noites e refere que sobre este assunto gostaria de fazer as seguintes considerações: congratular-se com o esclarecimento do Presidente Mata Cáceres que deixa a todos porque este assunto vai ser discutido com esta profundidade, porque foi exactamente da profundidade da discussão sobre a demolição do estádio municipal e o bom



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

senso dos vereadores da oposição que hoje ainda temos estádio municipal em Portalegre. -----

Segue-se então a apresentação das 2 Moções da Bancada da CDU. -----

**Luís Pargana** comunica que a sua colega Fernanda Bacalhau vai apresentar uma Moção sobre “Os Cortes nos Apoios às Artes”, e depois o Adriano Capote sobre “O Transporte de Doentes não Urgentes. -----

*“ No passado dia 18 de Fevereiro, o Ministério da Cultura, através da Direcção Geral das Artes, divulgou o projecto de decisão relativo aos Apoios às Artes para 2011 – 2012.*

*Segue-se agora um período de 10 dias úteis onde os responsáveis pelos projectos a concurso podem pronunciar-se em sede de audiência de interessados, período após o qual serão anunciados os resultados definitivos.*

*Foram detectadas alterações graves aos Termos de Abertura do Concurso levadas a cabo pelo Ministério da Cultura e Direcção Geral das Artes sem que tenha sido dada qualquer justificação. Estas alterações prejudicam o país e muito gravemente a Região Alentejo; e Portalegre em particular.*

*Após vários cortes impostos pelo Ministério da Cultura e Direcção Geral das Artes, sem informação prévia e dificultando ainda mais a concretização das actividades dos vários agentes culturais, foram propostos para apoio apenas 103 projectos em todo o território nacional, 14 dos quais na Região Alentejo num valor total de 700 mil euros.*

*No entanto, o Ministério da Cultura / Direcção Geral das Artes, em mais um exercício de corte na ordem dos 20%, propõe para apoio apenas onze projectos nesta Região com uma verba de 564.522 euros. Foram injustificadamente retirados ao Alentejo mais de 135 mil euros.*

*A maior parte deste dinheiro, cerca de 100 mil euros, foi transferida para apoiar projectos na Região de Lisboa e Vale do Tejo deixando no Alentejo 7 candidaturas em condições de elegibilidade que não foram sequer propostas para apoio (2 na área de Teatro, 3 na área da Música e 2 na área dos Cruzamentos Disciplinares).*

*No que a Portalegre diz respeito, o Teatro de Portalegre sofre um corte de cerca de 40% nos apoios que lhe serão atribuídos pelo Ministério da Cultura nos anos de 2011 e 2012.*

*Trata-se de uma opção politicamente injustificável — a não ser pela confirmação de clara de discriminação do Alentejo; e de duvidosa legalidade.*

*Os Termos de Abertura do Concurso devem ser alterados, seguindo os preceitos legais, e, tal como aconteceu em outros anos, a alteração deve ser*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

*feita no sentido de uma adaptação desses termos à realidade das candidaturas apresentadas e sem prejuízo de nenhuma Região.*

*Os cerca de 135mil euros retirados ao Alentejo possibilitariam o apoio a mais 4 projectos nesta Região.*

*Relembremos que, em Janeiro de 2010, a Ministra Gabriela Canavilhas, quando confrontada com as sucessivas discriminações do Alentejo em relação às verbas destinadas aos Apoios às Artes afirmou perante a comunicação social que “não gosto, não fico nada satisfeita por saber que há uma região do país que, à partida, é condicionada do ponto de vista dos apoios”. Disse ainda “que esta é uma situação que eu irei alterar”.*

*A prática verificada é inversa ao discurso. Ao invés de cortar,*

*A Assembleia Municipal de Portalegre manifesta a sua preocupação perante esta medida do Ministério da Cultura, discriminatória desta região do interior do País;*

*A Assembleia Municipal de Portalegre reclama do Governo a tomada de medidas concretas de alargamento dos apoios às actividades culturais, abrangendo actividades até aqui ignoradas — como é o caso das manifestações culturais de índole tradicional popular.*

*Portalegre, 28 de Fevereiro de 2011 ”*

**A presente Moção foi apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, a qual foi aprovada, por maioria, com 8 abstenções. -----**

No uso da palavra **Luís Pargana** diz ao Presidente da Assembleia que antes de fazerem a apresentação da outra Moção recomendam que esta moção aprovada, fosse enviada às Associações Culturais do Concelho e aos Órgãos da Tutela competentes. -----

Pedindo o uso da palavra **Adriano Capote** antes de ler a 2.<sup>a</sup> Moção que a CDU propõe, comunica que gostaria de lembrar a toda a Assembleia e aos presentes o que a Constituição da República Portuguesa diz no art.º 64.º por um lado diz que “Através de um serviço Nacional de Saúde Universal e Geral e tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos tendencialmente gratuito o Governo deverá garantir diz no n.º 3 alínea a) o acesso de todos os cidadãos independentemente da sua condição económica aos cuidados da medicina preventiva curativa e de reabilitação” isto diz a Constituição, refere, depois diz que quer simular um cenário de um casal que entre os 70 e os 80 anos com uma reforma conjunta de 1000 euros por mês, que para além dos gastos com saúde normais da idade, por azar um deles passa a necessitar de ir pelo menos de 2 vezes ir a Lisboa, lembrar e dizer e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

esclarecer para quem não sabe e não anda metido nisto, que uma ida a Lisboa de Portalegre, numa ambulância dos Bombeiros custa à volta dos 200 €, ora bem, posto estes 3 esclarecimentos, a CDU passa a ler a Moção que apresenta:

### **CONTRA OS CORTES NO TRANSPORTE DE DOENTES NÃO URGENTES**

#### **“ Considerando que:**

– *A decisão assumida pelo Governo de reduzir o transporte de doentes não urgentes está a causar prejuízos irreparáveis na vida de milhares de doentes, utentes do Serviço Nacional de Saúde.*

– *As medidas e orientações constantes do Despacho n.º 19254/2010, do Secretário de Estado da Saúde, e da circular informativa da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) sobre a mesma matéria, traduziram um corte generalizado e quase total da atribuição de credenciais de transporte pelos serviços públicos de saúde aos utentes que delas necessitam para assistir a consultas ou realizar tratamentos.*

– *Esses doentes são agora confrontados com a necessidade de pagar o referido transporte, cujos custos atingem, em muitos casos, várias centenas ou mesmo milhares de euros por mês. Por todo o País, milhares de doentes deixaram de ter acesso aos cuidados de saúde a que têm direito por não poderem suportar os custos do respectivo transporte. Particularmente em regiões, como o distrito de Portalegre, onde as condições sócio-económicas das populações são piores e as distâncias impõem maiores dificuldades, a possibilidade dos utentes acederem aos cuidados de saúde de que necessitam diminui.*

– *Ao contrário do que o Governo afirmou, há milhares de utentes sem recursos económicos nem meios de transporte, particularmente idosos, e até mesmo doentes oncológicos a quem foi negada a atribuição de credencial de transporte para consultas ou tratamentos e que, por isso, deixaram de lhes poder aceder.*

– *Simultaneamente, estas medidas estão a colocar as Associações Humanitárias de Bombeiros numa situação de estrangulamento financeiro que pode comprometer o cumprimento das suas responsabilidades não só na área da saúde como também da segurança e da protecção civil.*

– *Apesar de ter celebrado em 24 de Agosto de 2009, com a Liga dos Bombeiros Portugueses, um contrato onde ficaram definidos os princípios gerais e as regras enquadradoras do transporte de doentes em ambulância, o*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

*Governo nunca garantiu a aplicação uniforme destas regras e princípios no território nacional.*

*– Com os drásticos cortes no transporte de doentes não urgentes, o Governo impõe às Associações de Bombeiros uma situação de estrangulamento financeiro que conduzirá muitas delas ao despedimento de bombeiros e outros funcionários, pondo em causa a capacidade instalada destas associações para efectuarem o referido transporte mas também a capacidade necessária à realização de outras actividades relacionadas com a saúde, a segurança e a protecção civil das populações, nomeadamente operações de salvamento e socorro.*

*– Perante esta situação, impõe-se que o Governo rapidamente revogue as medidas adoptadas de corte no transporte de doentes e garanta o rigoroso cumprimento do contrato assinado com a Liga dos Bombeiros Portugueses.*

### ***A Assembleia Municipal de Portalegre exige ao Governo que:***

*1. Revogue as medidas de corte nos transportes de doentes não urgentes, nomeadamente o Despacho n.º 19254/2010, de 29 de Dezembro, e as orientações definidas para a sua aplicação;*

*2. Garanta o rigoroso cumprimento do contrato celebrado com a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP) em matéria de transporte de doentes em necessários à sua execução.*

*Portalegre, 28 de Fevereiro de 2011”*

Pedindo a palavra **António José Baptista** começa por saudar a bancada da CDU pelo tema que trouxe nesta **Moção** o qual merece toda a concordância da parte do CDS e em 1.º lugar diz que não podem aqui ficar em clara a forma como o Governo fez esta mudança, foi através dum despacho, um despacho não pode ser nem sequer alvo de apreciação parlamentar porque se queria ter feito isto de um modo transparente tinha-o feito com um Decreto-Lei para a própria Assembleia da República se poder pronunciar mas este PS, já nos têm habituado a muito nesta área não só na área da saúde, este PS que gosta muito de se defender com o Paladino do Estado Social foi o que eliminou o 4.º e o 5.º escalão do abono de família, foi o mesmo que terminou com a majoração do abono de família, no mês de Setembro, à excepção do 1.º Escalão, foi o que congelou as pensões mínimas sociais e rurais, foi o que fez a indexação das pensões ao salário mínimo perdendo assim o seu valor, foi o que fez a restrição dos critérios de atribuição dos subsídios sociais foi o que fez também a restrição no âmbito da acção social escolar foi o que alterou a comparticipação dos medicamentos diminuindo-a de forma drástica foi o que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

teve o fim da isenção do pagamento das taxas moderadoras para quem receber acima do ordenado mínimo, diminuiu a comparticipação da Segurança Social aos utentes das unidades da rede nacional de cuidados continuados alterou os apoios sócias à habitação atribuídos pelo Estado, fez o fim da redução da garantia para atribuição do subsídio de desemprego, que estava em 365 euros e passou para 450 euros, foi também o mesmo que acabou com o prolongamento do Subsídio Social de Desemprego, foi o mesmo que eliminou a majoração do subsídio de desemprego para os desempregados com filhos a cargos, foi também este partido Socialista que aumentou as taxas do Serviço Nacional de Saúde, foi o mesmo que aumentou o cartão de cidadão, que aumentou os emolumentos no registo civil e nacionalidade, aumentou o IVA de 5 para 6% e que aumentou o IVA de 12 para 13% e que aumentou o IVA de 20 para 23%, que pôs os pensionistas e os deficientes a pagarem IRS, este PS que tanto fala de Estado Social é como o Frei Tomás bem prega mas nada faz.-----

**A presente Moção foi apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, a qual foi aprovada, por maioria, com 6 votos contra e 5 abstenções.** -----

Pedindo a palavra **Miguel de Arriaga** cumprimenta todos os presentes e diz que gostaria de deixar a seguinte declaração de voto: -----

“A Bancada do PSD como é óbvio votou favoravelmente esta Moção porque assim faz todo o sentido estamos neste momento a viver situações gravíssimas e que já se verificaram e vão passar a verificar-se se de facto se realizar esta lacuna ou este não pagamento do transporte de doentes, há pessoas e dou exemplo concretos que fazem tratamento de quimioterapia que não o puderam fazer porque tiveram que fazer uma escolha muito difícil ou comiam ou então faziam os seus tratamentos, há pessoas a passar fortíssimas necessidades que não conseguem comportar estas despesas e o Estado que deveria ser o principal responsável para os cuidados de saúde, abstêm-se, não o faz no nosso concelho, não o faz no nosso distrito e agora de uma forma gravosa e perfeitamente desumana abstêm-se de pagar este transporte de doentes, o PSD não pode concordar com esta situação e é por isso o nosso voto favorável à **Moção** apresentada pela bancada da CDU. -----

No uso da palavra **António Biscainho** congratula-se com a Moção que foi apresentada que não só a aprovou como se pudesse até a subscreveria. -----

Usando da palavra **João Luís Pina** intervém dizendo que votou contra esta **Moção** porque segundo saber o transporte de doentes é uma matéria que está ainda em fase de discussão. Adriano Capote pede ponto de ordem à mesa da Assembleia, e diz que ou se discutia a Moção antes ou se faz digo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

simplesmente uma declaração de voto, o P.A. concorda. Luís Pina acrescenta que está a dizer por que é que votou contra e que é uma declaração de voto e que está dentro do regimento e diz que pode dar a opinião que quiser sobre tal matéria Adriano Capote diz ser um comportamento burocrático, continua Luís Pina concluindo que em matéria de discussão ainda e que segundo sabe entre os Governo e a Associação de Bombeiros para o Transporte de Doentes, acha que não é o momento para se estar já a repudiar qualquer acordo que seja feito sobre essa matéria e para dizer que segundo sabe que o Governo PS fez isso tudo com deputado Municipal To Zé Batista diz, e inclusive agravou muito e muito o deficit deste ano a pagar dois submarinos. -----

**Adriano Capote** apresenta a seguinte Declaração de Voto: -----

“A CDU vota favoravelmente a Moção que apresentou embora pudesse com argumentação anterior à votação por parte da bancada do Partido Socialista alterar alguma coisa, como não aconteceu manteve o seu sentido de voto.

“A CDU vota favoravelmente porque da chamada auditoria ao serviço de transporte de doentes representado pelo Ministério da Saúde, não há nada e nós conhecemos o relatório, não há nada que culpe Associações Humanitárias de Bombeiros pelos erros e pelos gastos do Ministério da Saúde no que diz respeito ao transporte de doentes, a CDU diz e vota favoravelmente nem por defender Associações de Bombeiros, e elas tem organismos próprios para as defender mas porque o Ministério da Saúde não respeitou o acordo celebrado em Agosto e porque o Ministério da Saúde e a Assembleia Municipal defende os interesses das populações deste Concelho, a CDU vota favoravelmente e lamenta que o Partido Socialista ataque os direitos que os cidadãos do Concelho de Portalegre têm no que diz respeito ao transporte e à cura da saúde”.

**Adriano Capote** pede só um ponto de ordem e diz que A M. e a CDU preocupa-se com os cidadãos do Concelho de Portalegre e entende uma Associação de Bombeiros Voluntários de Portalegre, que faz da sua actividade 80% no transporte de doentes ao serviço do Ministério da Saúde zelar por isso, interrompe e diz que isto é apenas um esclarecimento de uma boca que ouviu ao lado, para quem não sabe o que se está a discutir ou tem medo tivesse discutido na altura própria, continua desculpe Sr. Presidente por não respeitar a regra. -----

**O Presidente da Assembleia** comunica que se vai passar a um ponto fora da ordem do dia que foi entregue e que supõe que todos têm relativamente ao Plano de Pormenor da Quinta Formosa e da Quinta da Cerca – Covões, em Portalegre, temos que votar naturalmente a sua introdução e põe à análise de todos os membros da Assembleia Municipal. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **FORA DA ORDEM DO DIA:**

#### **1 – Plano de Pormenor da Quinta Formosa e da Quinta da Cerca – Covões em Portalegre;**

- Deliberação de 2011.02.21 -

Usando da palavra **António José Batista** diz que intervém apenas para fazer uma sugestão e que não tem a nada a opor a esta introdução, mas sugere também que fosse alterada a ordem de trabalhos tendo em conta que os pontos em relação às grandes opções e ao orçamento se encontram demasiado para traz, sugere que os pontos 12 e 13 passassem para o ponto 3 e 4 e depois fossem consecutivamente redistribuídos, o P.A. põe esta sugestão à consideração de todos os membros, referindo que para já tem 2 situações: 1.º o aspecto do P.P. da Quinta Formosa e da Quinta da Cerca, Covões, em Portalegre. Relativamente à introdução, procedeu-se então à votação, o qual foi aprovado, por unanimidade. -----

O **Presidente da Assembleia** põe o assunto à discussão perguntando se alguém se quer pronunciar sobre este aspecto. Como ninguém se pronunciou, passou-se à votação do ponto fora da ordem do dia. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia aprovou, por unanimidade, com a presença de 31 membros, o Plano de Pormenor em causa. -----

Seguidamente o Presidente da Assembleia põe à votação a inversão dos pontos 12 e 13, com os pontos 2 e 3, da ordem de trabalhos, **Luís Testa** intervém perguntando se existe alguma lógica que presida à elaboração da Ordem de Trabalhos, para agora ser invertida, qual é a vantagem de agora se inverter. O P.A. esclarece dizendo que foi posta esta proposta e põe à consideração da Assembleia, **Miguel Arriaga** contrapõe dizendo que como não há nenhuma disposição Regulamentar que o impeça, sugere que a Assembleia ou vota a favor e aceita ou vota contra e rejeita. O P.A. põe esta proposta da troca dos pontos atrás referida a votação da Assembleia. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia aprovou por maioria, com 7 votos contra e 10 a favor em 30 presenças, a inversão destes pontos. -----

### **ORDEM DO DIA:**

O **Presidente da Assembleia** recorda antes da apresentação do ponto 1 da Ordem do Dia, que ficou assente em Conferência de Representantes, que todos os pontos à excepção das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, teriam por grupo 3 minutos, pedindo que entre os grupos esse tempo seja gerido o melhor possível e terem em linha de conta este aspecto, tecendo algumas considerações sobre a inserção do sistema de contagem de tempo. ---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;**

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de águas e Transportes da mesma. -----

Pedindo o uso da palavra **Conceição Grilo**, diz que sobre o relatório que lhes é apresentado, sobre o Sr. Presidente sobre a actividade, do Executivo gostava de deixar aqui 2 notas, nomeadamente sobre o 3.º relatório que é apresentado em ordem e que não vem nem assinado, nem numerado e que presume que seja o relatório da actividade desenvolvida pela Sr.ª Vereadora Ana Manteigas, diz ainda que entenda isto como uma crítica construtiva mas que não tem informação útil que nos permita avaliar a actividade que foi desenvolvida, porque limita-se a elencar como por ex. a presença na Escola Mouzinho da Silveira e não diz o que é que lá foi fazer e enumera também uma reunião com o Sr. Director Regional da Educação com vista a obtenção de informação mas não diz qual é que é a informação, levantam-se um conjunto de questões para quê? Para que fim? É que ainda tem elencadas outras reuniões onde esteve, onde ainda diz que esteve no Conselho de Administração do MMPO, mas não diz com quem esteve, ainda diz Conselho de Administração dos SMAT, reuniões várias no ICTVR. que só isso dá um relatório muito maior do que aquilo que lhes é apresentado, E tendo lido todos os documentos que lhes foram apresentados e deixava aqui tb uma palavra do Sr. Eng.º Joaquim Ferreira que apresenta o relatório extraordinário e muito detalhado que ficamos a perceber claramente aquilo que foi feito, deixava apenas esta nota porque os relatórios sendo suposto informarem-nos do trabalho desenvolvido e não das reuniões onde têm estado presentes, isto sobre este relatório. Disse também que sobre o relatório do Sr. Presidente gostava também de deixar aqui algumas notas, nomeadamente no ponto onde refere que o golfo da Abrunheira é uma realidade estando em curso a apreciação de Projectos, sobre este ponto li no Expresso, no caderno da Economia, do dia 19 de Fevereiro, uma entrevista dada pelo Sr. Dionísio Pestana, que apresenta a meta dos 100 Hotéis em 2012, acontece que o Grupo Pestana vai completar 40 anos em 2012 e tem em meta atingir este marco, neste momento tem 96 hotéis, e quando a terminada altura, não sabendo se o Sr. presidente ou o seu Staff leu esta entrevista, onde a determinada altura, quando lhe perguntam quais é que são os investimentos que vão ser feitos em Portugal, a resposta é! Passando a citar “Em Portugal neste momento, a nossa política é acabar os projectos já comprometidos com Tróia e Cidadela – Cascais, novos Hotéis, não temos nada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

em carteira” depois fazem aqui umas considerações sobre aquilo que é a operação internacional que têm, conclui dizendo que depois no dia 22 o Sr. Presidente dá uma entrevista num jornal regional, onde nos garante que são esperados vários investimentos no valor de 300 milhões. é um pouco aquele número mítico, O P.A. pede para terminar a intervenção, continua questionando quem é que fala verdade e o Sr. Dionísio Pestana ou é o Sr. Eng.º Mata Cáceres? E quais é foram as diligências depois desta entrevista que o Sr. Presidente tendo lido fez enquanto autarca? -----

Pedindo a palavra a Adriano Capote que diz o seguinte: Sr. presidente no relatório de actividade autárquica por parte do Sr. Presidente eu não consegui descobrir, ler alguma coisa que se referisse a mudança de Chefe de Gabinete, não estava lá e porque é importante. A pergunta é se numa altura de contenção não poderia ser evitada essa despesa? -----

Usando a palavra **António José Baptista** – diz que as suas questões são muito focalizadas na parte agrícola, tendo em conta que até na última Assembleia as aflorei. Gostaria de saber se tem mais alguma informação relativamente à questão da Serra leite, e do negócio que está envolvendo o Grupo Jerónimo Martins, tendo em conta o nosso sector leiteiro não só a nível distrital, mas também a nível mesmo nacional, está a atravessar uma grave crise e pelas medidas do Governo Socialista no final do ano passado veio atrapalhar e dificultar ainda mais o sector que Portugal já atravessa com dificuldades ainda mais o Sector do Leite, gostaria de saber neste sentido se me pode adiantar mais algum aspecto. -----

No uso da palavra o **Presidente da Câmara** intervém dizendo que vai também tentar cumprir a meta dos 3 minutos só para dizer o seguinte: -----

Sr.ª Eng.ª Conceição Grilo não sei se lhe custa senão, mas eu continuo a ter fé que os investimentos que eu enunciei podem ser uma realidade, passando a explicar – O Grupo Pestana através dos promotores que têm estado em contacto com a Câmara e continuam a estar todos os dias e anunciaram um investimento de 200 milhões de euros. O Grupo que comprou a Fábrica Fino’s está a maqueta lá em cima e está uma equipa a tratar dos processos dos procedimentos e dos projectos, há termos técnicos que não domino, anunciou um investimento de 100 milhões de euros, o Grupo “Mateus” do Centro Comercial esteve cá quarta ou quinta feira da semana passada para ultimar uma série de situações relacionadas com a construção do Centro Comercial, que está estimado e é dito por eles que é um investimento de 40 milhões de euros, o Sr. Rui Filinto Que diz que nem sequer está condicionado pela crise para fazer o Hotel relacionado com a enologia, lá em cima na Serra da Penha fala em 15, 18 milhões de euros, que se não se engana dá uma soma de 350 milhões de euros, Foi aquilo que os promotores enunciaram, se os promotores enunciaram por mais que eu tente agradar àquilo que era a sua expectativa eu não posso, estar a defraudar estes números que estou aqui a referir, e portanto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

e a Sr.<sup>a</sup> que tem a responsabilidade que tem na área do turismo aquilo que nós precisava-mos que fizesse,..**Luís Testa** Pede um ponto de ordem à mesa dizendo que as pessoas aqui estão enquanto eleitas pela população enquanto membro da Assembleia Municipal e não estou aqui como outra figura qualquer diz também que o Sr. Presidenta da Câmara teima em verificar e trazer para aqui outras actividades das pessoas.por amor de Deus. O P.A. interrompe dizendo que não vale a pena ter essas "dores de parto", e pede ao Presidente Mata Cáceres que conclua, o qual continua dizendo que tendo a Sr.<sup>a</sup> a responsabilidade na área do Turismo, deveria estar quem... o Sr. Presidente ao ser interrompido diz "quem são os Srs. agora para condicionar aquilo que estou a dizer a minha argumentação" portanto os números são estes e são estes que foram proferidos pelos Srs. investidores e eu não tenho que responder a uma notícia de jornal, porque 1.º que tudo, nunca tratei ou melhor, tratei inicialmente desta problemática do investimento, do Grupo Pestana com o Sr. Dionísio Pestana numa primeiras instâncias, mas todas as outras problemáticas que tem sido tratadas e há pormenores da conversa que têm sido tidas com os Srs. que estão a representar o grupo pestana e que nem sequer é o Grupo Pestana e nós dizemos abrigadamente, Grupo Pestana que estão a tratar destes procedimentos com a Câmara que eu não vou poder estar aqui a referenciar e a referir, agora o enunciado do investimento foi o que foi, e oxalá que se confirme senão, se não se confirmar não sou eu que desfraldar a verdade, quanto à questão do Chefe de Gabinete diz com toda a franqueza que enquanto foi possível e quando foi definida no ponto de vista comuniquei como tinha dito aos Srs. Vereadores que iria mudar de Chefe de Gabinete. Estou muito preocupado com a contenção e com as despesas mas há áreas que eu não vou prescindir, como devem calcular, e o Chefe de Gabinete é uma situação que me é facultada, não vou prescindir de ao fim de um determinado momento e de uma determinada fase, contratar e convidar para Chefe de Gabinete a pessoa que considero que é aquela que melhor serve esses propósitos, e sobre isto não há mais nada a dizer, com toda a franqueza. Quanto à parte agrícola aquilo que o Dr. António José Batista referiu aquilo que existe neste momento em termos concretos é que existe um projecto... pausa e penso poder afirmar que neste momento está praticamente pronto o projecto que dá origem a uma nova unidade de transformação de leite em Portalegre, numa dimensão consideravelmente superior àquela que existe neste momento nas instalações cá em cima, estão convencionados os terrenos que vão ser disponibilizados para a Serra leite montar, para esta organização montar, porque não é só a Serra Leite que vem montar essa unidade, está tudo pronto desse ponto de vista, sei que o estudo e o projecto que foi feito que é considerado sustentável e viável resta saber agora como se vai organizar a estrutura accionista que vai gerir e liderar todo este procedimento, e para já é o que posso adiantar sobre esta matéria.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Assembleia Municipal Informou que iriam passar ao próximo Ponto da Ordem.-----

### **2 – Acta n.º 9 relativa à 6.ª Sessão Ordinária, realizada em 30.12.2010;**

Presente a Acta referente à última sessão da Assembleia, acima mencionada.-

O Presidente da Assembleia pergunta se há alguma questão, se alguém se quer pronunciar, dando a palavra a **Alexandra Carrilho**, que chama atenção dos presentes e que ela própria tentará fazer o mesmo, e que já cá está como muitos há mais de 9 anos, que quando se dirigissem a colegas que não estão presentes, que evitem pelo menos algumas palavras que nos deixem um pouco confusos ou confortáveis, pelo menos que dêem a opção e a hipótese de se poderem defender, descanse já alguma coisa ao seu amigo Dr. Luís Testa e Dr. Miguel Monteiro, não há incompatibilidade nenhuma e que fique descansado.-----

**Declaração de voto** (Adriano Capote) intervém dizendo que vota contra e porque, não pela feitura da acta nem pelo retrato que ela faz da reunião mas pelo conteúdo politicamente xenófobo que fundamenta a proposta do dia municipal da liberdade.-----

No uso da palavra **António José Baptista** argumenta que não gosta muito e não tem por hábito pedir a defesa da honra, mas que quando é acusado de ser xenófobo tenho apenas que pedir a defesa da honra, e diz também, que não vai voltar a abrir o debate em torno da Moção do 25 de Novembro, e que apenas que quando são votadas ideias, ideologias e quando elas são democráticas não podem ser acusadas de serem xenófobas, porque a Democracia é quando todos têm uma participação activa na sociedade, e é quando todos podem escolher por sufrágio livre e universal e directo, a Democracia é quando não é a lei das armas que estabelece quem é que governa e quem é que manda no País, a xenofobia não pode ser confundida com a democracia, mais uma vez reafirmo que a Democracia só pode alcançar o seu pleno estado após o 25 de Novembro, ainda não está totalmente consolidada não dão os actos todos como garantidos mas foi um passo importantíssimo, seguidamente ao 25 de Abril como é lógico, mas não posso aceitar ser acusado de xenofobia por parte da bancada seja ela qual for e muito menos da CDU, a Democracia também é tolerância pelas ideias dos outros.-----  
**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 votos contra, 5 abstenções e 24 a favor, em 30 presenças, aprovar o assunto acima mencionado.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **3 – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Portalegre/Alteração;** **- Deliberação de 2011.01.10 –**

Presente Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Portalegre/Alteração, para aprovação. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 30 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### **4 – Doação de parcela de terreno com a área de 905,10 m2/afecção ao domínio público;**

**- Deliberação de 2011.01.24 –**

Presente informação do Serviço de Património, datada de respeitante à doação de parcela de terreno com a área de 905,10 m2/afecção ao domínio público; -

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 30 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### **5 – PDM de Portalegre/Alteração (Entrada em vigor do Plano de Pormenor do Bonfim) ;**

**Deliberação - 2011.01.24 –**

Presente alteração ao PDM de Portalegre, respeitante à Escola Cristóvão Falcão e com a entrada em vigor do P.P. do Bonfim. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 30 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### **6 – Lasori, Pastelaria e Padaria, Lda. - pedido de isenção de taxas referente à prorrogação do prazo para execução da obra;**

**- Deliberação de 2011.01.24;**

Presente ofício da Lasori, Pastelaria e Padaria, Lda. , respeitante ao pedido de isenção de taxas referente à prorrogação do prazo para execução da obra, com informação da DPEU.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 10 abstenções, em 31 presenças, aprovar o assunto acima indicado.-----

### **7 – Proposta de Regimento da Comissão de Acompanhamento da Fundação Robison e indicação dos membros;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente Proposta de Regimento da Comissão de Acompanhamento da Fundação Robison e indicação dos membros, aprovada em Conferência de Representantes. -----

Relativamente a este assunto, **Luís Testa** intervém dizendo que nos termos do Regimento da Assembleia Municipal é proposta de criação da Comissão de Acompanhamento da Fundação Robison e o Regimento, porque formalmente a Comissão ainda não está criada. -----

**Luís Pargana** pede a palavra e diz que da parte da CDU não vêem necessidade de criação esta Comissão da A. M. e não vemos essa necessidade pela razão como está constituído o Conselho de Administração da Fundação Robison, presentemente, nem sempre foi assim, mas agora felizmente, o Conselho de Administração da Fundação Robison é composto por representantes das forças partidárias, com assento no executivo municipal, e portanto a criação desta pertença Comissão de Acompanhamento, é uma duplicação, na sua perspectiva extemporânea deste acompanhamento que já é garantido pelos representantes das forças partidárias, que tem assento no C.A. da Fundação Robison, tendo a proposta a objecção da bancada da CDU. -----

O Presidente da Assembleia dá a palavra a **Miguel Monteiro** que diz que as palavras do Prof. Luís Pargana fariam todo sentido se a realidade que temos vivido nos últimos tempos aqui na A.M. fosse uma realidade pintada de cores um pouco mais agradáveis, mas isso não tem acontecido, e a necessidade que se sentiu em propor a criação desta Comissão de Acompanhamento que aliás foi iniciativa do próprio Presidente da A.M. tem a seu ver, uma razão mais que óbvia, é que de cada vez que nós aqui na sede própria temos levantado questões relacionadas com a Fundação Robison, nomeadamente nas relações normais que devem existir entre a F.R. e o Município de Portalegre, os responsáveis do Município de Portalegre, têm-se esquivado sistematicamente a esclarecer algumas questões que aqui colocamos e portanto “quem não caça com cão, tem que caçar com gato” é o que estão a fazer e vão tentar esclarecer a verdade acerca destas questões com a constituição desta Comissão, caso a mesma obviamente seja aprovada, nesta A.M. Ela faz todo o sentido porque a Assembleia é um Órgão fiscalizador da actividade da Câmara Municipal, e o P.S. acha que não tem sido aqui dadas as respostas devidas no que diz respeito à relação entre a Câmara Municipal e a Fundação Robison. –

Usando ainda da palavra **Luís Pargana** intervém para dizer que é só precisar um pouco a sua anterior intervenção que é evidentemente que a A.M. tem toda a legitimidade para exigir toda a informação sobre a Fundação Robison o seu funcionamento, e os seus objectivos – toda a legitimidade, inclusivamente de exigir a presença nesta Assembleia do Conselho de Administração para prestar as devidas contas que se entende que venham a ser pertinentes, agora faz o mesmo em relação aos SMAT, não cria Comissões de Acompanhamento, ao



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Conselho de Administração dos SMAT, não faria sentido, portanto o tratamento deve ser semelhante, há um órgão de natureza executivo na Autarquia de Portalegre que é o executivo municipal, a Câmara Municipal que já faz esse acompanhamento, com carácter de permanência e portanto a A.M. enquanto Órgão deliberativo e fiscalizador, tem a legitimidade de fazer esse acompanhamento, de exigir toda a informação mas parece-me extemporâneo duplicar responsabilidades. -----

Sobre este assunto o **Presidente da Assembleia** diz que para nos centrarmos no que é essencial aqui, esclarece que esta Comissão de qualquer forma é informativa digamos, não é consultiva, a própria fundação como não pode ser, nem deliberativa, é apenas para dar conhecimento e informar a Assembleia, fundamentalmente, é isso que se passa e foi isso que ficou acordado aliás não poderia ser de outra forma. -----

Ainda usando da palavra **Luís Testa** intervém dizendo que para ver se consegue esclarecer um bocadinho a situação o que se passou na última Assembleia Municipal foi o seguinte: foram colocadas uma série de questões relativas à Fundação Robinson que ficaram sem resposta, a outras pessoas colectivas de direito privado ou público que estejam na esfera do Município, o mesmo não se tem verificado, não tem havido questões sem resposta e perante esta evidência entendeu o Sr. Presidente da A.M. propor à Assembleia Municipal a criação de uma Comissão que pudesse averiguar da falta de informação ou da existência dela, junto principalmente da Câmara Municipal, porque nós não somos um Órgão de fiscalização da Fundação Robinson, que é uma pessoa colectiva de direito privado, nós somos um órgão de fiscalização do órgão Câmara Municipal, e perante esta situação, inclusivamente, houve aqui quem aqui nesta Assembleia tentasse chegar mais longe, propôs-se não só ficar-se por aí mas ir-se mais longe, ir aos SMAT para acompanhar os SMAT, ICTVR, houve inclusivamente, a proposta da criação de uma Comissão de Finanças da A.M., uma Comissão de carácter permanente, mas essa proposta recuou e foi esta a proposta apresentada pelo presidente da A. M., que o P.S. subscreve e apoia exactamente nos termos da competência deste Órgão. -----

Solicitando para intervir **Adriano Capote** diz que esta Assembleia escolheu de entre os seus eleitos e não só, representantes da Assembleia para gerir a Fundação Robinson, e o mesmo que eu disse há bocado ao Sr. Presidente da Câmara acerca dos partidos e das coligações, que estão na Câmara e que estão na Assembleia, que contactam entre si, achamos que é andar a inspeccionar aqueles que nomeámos para, Assembleia e o Sr. P. A. que tem poderes para exigir que esteja presente o Conselho de Administração enquanto Órgão para esclarecer seja aquilo que for. Se o P.S. não é capaz de o fazer nomeia Comissões como hoje vêm no Governo e de grupos de trabalho e depois gastamos dinheiro e acabou-se. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**O Presidente da Assembleia** intervém para recordar que o próprio regimento da Comissão de acompanhamento, nada mais do que isso e por outro lado, não podemos esquecer que a Fundação tem um estatuto privado digamos assim, uma pessoa colectiva de direito privado, diferente dos SMSAT e do ICTVR, tanto quanto sabe. -----

Seguidamente o Presidente da Assembleia propõe a votação da criação da Fundação Robinson e a votação do regimento. -----

**António José Baptista** pede ponto de ordem à mesa e intervém esclarecendo que na outra Assembleia não foi votada a criação da Comissão porque a mesma só pode ser votada quando acompanhada do Regimento, portanto não foi votada a Comissão, foi votado que a conferência de representantes se criasse o regimento para depois ser sujeito a esta A.M. e aí sim ser votado. Assim sendo o P.A. propõe a votação da criação da Comissão e do Regimento. **DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 3 abstenções, 4 votos contra e 24 a favor, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### **Declaração de Voto** (Prof. António Biscainho)

Não tendo estado presente na última Assembleia, portanto e não tendo participado na eventual votação diz estou perfeitamente à vontade porque não concorde que efectivamente com a existência desta Comissão portanto aí a minha votação contra a sua existência e o respectivo regimento. -----

**O Presidente da Assembleia** Pede a indicação dos membros do Regimento: -

**O PSD** indica como representantes: João Filipe de Jesus Cristóvão Crespo e Miguel Arriaga.

**O PS** indica os nomes de Miguel Monteiro Carlos Alberto Vintém. -----

A **CDU** pelas razões que fundamentaram o seu voto contra, não indica ninguém para esta Comissão.

**O PP** indica António José Baptista o próprio.

### **8 – Relatório Anual da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens/para conhecimento;**

**Miguel Arriaga** apresenta uma breve declaração: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Eu tenho a oportunidade de fazer parte da Comissão Alargada Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do nosso Município e é com muito agrado que gostaria de informar e gosto sempre de dizer que esta é uma Comissão que para mim é apartidária porque a importância desta Comissão transcende muito aquilo que são os espectros e as ideologias políticas, parece-me que esta nova Comissão está de parabéns, porque tem feito um trabalho absolutamente extraordinário um trabalho muito meritório e que tem tido uma colaboração extraordinária neste caso da Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara Municipal, que tem feito todos os esforços no sentido de dotar esta Comissão de pessoas e de materiais e que nós sabemos que é tão difícil encontrar recursos que estejam disponíveis para se conseguirem enquadrar e dar resposta às necessidades dos jovens do nosso concelho que precisam tanto desta Comissão, sei também e é uma notícia que é importante e que são dados que são importantes e que gostaria de partilhar com a Assembleia Municipal, o número de crianças acompanhadas por esta Comissão é mais reduzido do que aquele que era anteriormente, por conseguiram fazer aquilo. E permitam-me utilizar a expressão conseguiram limpar as listagens de algumas situações e de alguns casos que estavam a ser acompanhados, alguns por motivos jurídicos e outros porque felizmente as situações acompanhadas foram resolvidas, mas ainda assim falamos de um número que eu peço desculpa não me recordo mas vou tentar ser o mais preciso possível, que rondará as sessenta e qualquer coisa crianças a ser acompanhadas por esta Comissão, acho que é uma Comissão que todos nós concordamos que merece todo o apoio é uma Comissão que está a fazer um trabalho absolutamente extraordinário e gostaria de deixar aqui o meu voto de louvor fundamentalmente por parte e de todos aqueles que trabalham na Comissão Restrita, da CPCJ do nosso Município que faz um trabalho absolutamente indispensável, portanto deixamos aqui o nosso congratulamento e a satisfação pelo trabalho que desempenham”.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

### **9 – Lote n.º 67 da Zona Industrial de Portalegre – autorização de venda;** **- Deliberação de 2011.02.07 –**

Presente informação n.º 541 do Gabinete de Apoio ao Presidente de 4 de Fevereiro de 2011, relativa a intenção de aquisição do Lote n.º 67, propriedade da empresa " Alves & Narciso" sito na Zona Industrial de Portalegre, pela empresa "EOC Portugal, Lda" . -----

Solicitando a palavra **João Luís Pina**, que fala pelo P.S. refere que era mais um pedido de informação à Câmara Municipal se fosse possível e que por norma não tem nada a opor-se à venda deste lote, mas na informação do Gabinete de Apoio ao Sr. Presidente, vem referido aqui que já não se sabe se há previsão de que o processo de reversão seja concluído em tempo útil para as pretensões da empresa EOC Portugal, portanto a pergunta que fazia é: A



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

empresa ainda está interessada naquele lote ou não? É só para a questão de saber se estou a votar para o boneco ou não. A própria informação do Gabinete de Apoio ao Presidente diz que já não sabe se esta informação vem em tempo para as pretensões da empresa fazer a expansão. -----

O Presidente da Câmara **Mata Cáceres** intervém e diz, não ter percebido a questão anterior, tendo a mesma sido repetida, à qual o P.C. respondeu que a empresa está interessada, e **João Luís Pina** acrescenta à pergunta anterior se a empresa se pronunciou relativamente à criação de postos de trabalho, e quantos? Respondendo o Presidente da Câmara que não sabe.-----

No uso da palavra **Luís Testa** diz que relativamente a esta questão e sistematicamente a A.M. depara com atropelos ao regulamento levantamentos de ónus que já dissabores nos trouxeram, gostaria de saber se foi iniciado o processo de reversão. -----

Usando da palavra o **Presidente da Câmara** responde que acha que foi e a questão que se põe aqui é esta a empresa EOC, Portugal precisa de expandir o seu negócio e só tem possibilidades de expandir o negócio naquele lote, por coincidência aquele lote está disponível e está a decorrer o processo de reversão, simplesmente o processo de reversão se corre há uma tramitação que do ponto de vista jurídico que pode dar origem a que o processo tende a arrastar-se e que pode não ser consequente o processo e compatível com a rapidez que o homem da empresa precisa dele precisa de ter, ainda há poucos dias foi à Bélgica e uma das coisas que ia tratar na Bélgica foi uma série de situações relacionadas com o incremento da actividade, daí que estando este processo nas condições em que estava foi feita a proposta de tratar este caso em Câmara e em Assembleia da forma que estamos aqui a propor para que possamos dar de uma forma ágil uma resposta atempada ao Sr. que precisa do Lote, mais lembramo-nos e essa empresa que é a dona deste Lote, tem ainda uma dívida qualquer junto do MMPO, e aquilo que vai ser feito é receber da empresa que tem ainda hoje ainda o Lote, a verba que está em dívida para com o MMPO e o Sr. ficar com o Lote nas condições em que a outra empresa comprou. -----

Usando da palavra **Luís Testa** intervém para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara em que condições são que blindou esse contrato, ou que condição é que essa condição ficou blindadas, o Presidente da Câmara. Responde que não há nenhum contrato ainda e que será através do contrato que se firmar, na Câmara com o correspondente apoio jurídico que tem que ter e as devidas cautelas que em que ser postas nessa mesma blindagem que o seu amigo está a referir. Portanto o que está em causa é proporcionar a um indivíduo que quer investir, condições para o poder fazer e só aquele lote é que lhe serve, por que outro Lote qualquer na Zona Industrial não lhe serve, e o que está aqui a acontecer é quase ter uma sorte de ali aquele Lote ao lado, **Luís Testa**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

interfere para dizer que isso já foi percebido e já percebemos também que aquilo é propriedade de uma determinada empresa e ao que parece é uma empresa que está em dívida com o Município, o P. C. corrige dizendo que não está em dívida com o Município mas sim com MMPO, e que um Homem da área Jurídica que lhe está subjacente não pode ter esses deslizes, **Luís Testa** continua e diz que o Presidente da Câmara agora vai levar a “Chazada” o Presidente da Assembleia interrompe e diz que não se fala nesses termos para ninguém, **Luís Testa** então diz Sr. Presidente a questão que lhe foi colocada foi a seguinte: existe um Regulamento que prevê em que moldes é se podem alienar terrenos na Zona Industrial, sistematicamente esta A.M. é confrontada com o facto de levantamento de ónus autorizações supervenientes da venda e com determinadas situações que não estão previstas no normal funcionamento segundo o regulamento, sistematicamente esta Assembleia Municipal já foi defraudada por um empresário local relativamente ao levantamento de um ónus de um determinado terreno, da Zona Industrial e perante as situações sistemáticas que têm decorrido e que têm vindo à A.M. o Sr. Presidente não acha normal que isto seja tratado e que sejam colocadas as questões conforme elas têm que ser colocadas? Eu acho e o Sr. Presidente admite que uma dívida que é em relação ao MMPO cujo capital estatutário é enquanto por cento do Município, não é a mesma coisa que uma dívida ao Município. Não é formalmente, mas se aquele capital relativo aquela renda faltar no MMPO sabe onde é que ele tem que ir ser buscado, ao capital estatutário. -----

O **Presidente da Câmara** intervém para dizer que gostava que o Sr. não se exaltasse por perde clarividência e com muita franqueza quero dizer-lhe o seguinte: essa situação que está a referir dessa sistematização o Sr. Dr. Deve perceber que está completamente equivocado a dimensão e a quantidade de lotes que existem na Z. Industrial de Portalegre e quantidade de situações versus aquelas que o Sr. diz que vem aqui sistematicamente são uma pequena e uma ínfima parte, há aqui um erro de avaliação total o Sr. Dr. considera que sistematicamente está completamente distraído ou não tem a noção do que estamos a falar da Zona Industrial, por é uma Zona Industrial com a dimensão que tem com o numero de casos e portanto o regulamento que foi feito está longe se calhar de ser perfeito, se calhar não foi feito por pessoas com um determinado tipo de qualificação e portanto esta questão não vale mais do que isto que estamos a dizer à uma empresa que comprou o Lote não cumpriu está em processo de reversão. -----

No uso da palavra e pelo PSD, **António Biscainho** diz que pensa que a situação aqui é muito simples, não há nenhum regulamento/lei que possa prever todas as situações e é legal e é de lei que quando alguma situação não se enquadra no regulamento, que a Assembleia Municipal. que aprovou o regulamento também tem poder para alguma alteração/situação que fuja a esse regulamento, penso que isto é liquido, aquela questão das sistemáticas penso que não tem nada a ver com isso, falou em sistemáticas situações deste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tipo afinal mencionou uma, menciona duas aquilo que está em causa é tão somente isto: Há uma empresa que está instalada na Z.I. de Portalegre que chamava-se Impol e neste momento chama-se EOC, Portugal e está aqui instalada há umas dezenas de anos que quer expandir a sua actividade e a única hipótese que têm para o fazer é o Lote ao lado, existindo o Lote ao lado neste momento disponível e em processo de reversão que em processos de Tribunais e até porque há outro tipo de questões relacionadas com esta situação se arrastará há durante anos eventualmente a situação é muito simples, ou se vai por um acordo nesta via ou cada um assume a suas responsabilidades e corremos o risco de perder eventualmente um investimento que crie 1 que crie 2, ou que crie uma dúzia de postos de trabalho seja aquilo que for é investimento e é um aumento de riqueza no Concelho. ----

**Luís Pargana** pede a palavra para dizer que do ponto de vista formal não são suscitadas dúvidas à CDU sobre a legitimidade da A.M. tomar esta deliberação e vai votar a favor, acompanhado o voto do Sr. Vereador na Câmara Municipal, na convicção de que os Órgãos Autárquicos devem facilitar e ser catalisadores da actividade e da criação de postos de trabalho, assim ela se venha a verificar, mas pelo menos que não haja uma obstaculização à posteriori da parte dos órgão municipais. Chama a atenção para a rectificação da minuta da acta, mas foi informado que a mesma já foi corrigida.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 7 abstenções, em 31 membros presentes, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### **Declaração de Voto** (Luís Testa - PS)

Para uma declaração de voto Sr. Presidente e para que fique registado em acta "A nossa abstenção não se prende de forma clara com o objecto das intenções do Município sendo o objecto das intenções do Município a facilitação de a expansão de um investimento de uma determinada empresa o P.S. obviamente estará nesse grupo, o nosso voto contra teria um determinado pressuposto, a nossa abstenção funcionará mais como um apelo ao município para que tome cuidado relativamente à forma como esses assuntos vêm à A.M. e à forma como o Sr. Presidente acabou de referir determinado tipo de contratos posteriores a esta venda possam ser blindados sem prejuízo do Município e da empresa MMPO, e também ter na declaração de voto a congratulação do P.S. pelo esforço de investimento que este empregador sólido do Concelho de Portalegre está a fazer. -----

### **10 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal;**

- Deliberação de 2011.02.07 –



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente informação da Divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização, referente a constituição e nomeação do conselho cinegético, com despacho da Senhora Vice-Presidente a remeter assunto fora de ordem, a reunião do executivo. -----

Sobre este assunto segue a indicação dos representantes de cada força partidária, para a constituição e nomeação do referido Conselho Cinegético.-----

Miguel Monteiro, em representação do PS, apresenta o nome do **Prof. António Chaparro**

Miguel Arriaga, em representação do PSD, apresenta o nome de **António Alfredo Nunes**.

O **Presidente da Assembleia** comunica que se vai proceder à entrega de boletins para votação do Conselho Cinegético Municipal. -----

**Como proposta A** – António chaparro – 15 votos

**Como Proposta B** – António Alfredo Nunes – 16 votos

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, segundo a votação anterior aprovar a nomeação de **António Alfredo Nunes**, para mais um mandato do Conselho Cinegético Municipal. -----

### **11 – Projecto de Regulamento para Concessão de Apoios a Actividades de Interesse Municipal;**

- Deliberação de 2011.02.07 –

Presente informação n.º 416, de 27 de Janeiro de 2011, do Departamento dos Assuntos Sociais, Cultura, Educação, Desporto e Turismo a referir que não foram apresentadas quaisquer sugestões no decorrer do prazo previsto para recolha dos mesmos, relativamente ao Projecto de Regulamento para Concessão de Apoios a Actividades de Interesse Municipal que se submeteu a apreciação pública e audiência dos interessados nos termos do art. 117 e art. 118 do Código do Procedimento Administrativo. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, com 29 presenças, aprovar o assunto acima mencionado.-----

Neste momento o **Presidente da Assembleia** propõe a discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o anos de 2011, em conjunto mas a votação em separado e tal como foi aprovado em conferência de representantes o Sr. P.C. disporá até 15 minutos, de acordo com o regimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

art.º 61.º para apresentação e os Grupos Parlamentares, o PSD tem 30 m o PS 25 m CDU 15 m CDS/PP 10 m, posto isto dá a palavra ao Sr. P.C ou a quem ele delegar, que delega à Sr.ª Vice-Presidente que no uso da palavra pede que sejam colocados os quadros resumo para apresentar o orçamento e assim facilitar um bocado a leitura e para todos ficarem um pouco sintonizados, apesar de toda a gente já ter lido, tal como aparece no quadro 1, as receitas foram calculadas nos termos e das regras previstas e impostas pelo Dec-lei n.º 54/A/92 de 22/02 e as alterações constantes ao Dec-lei n.º 84/A/02, 05/04. O Orçamento do Município de Portalegre, para o ano 2000, apresenta os seguintes valores globais: -----

No quadro inferior pode-se inferir que existe entre as despesas correntes e as de capital observa-se a regra do equilíbrio orçamental segundo qual as despesas correntes deverão ser totalmente financiadas pela receitas correntes, de referir que as despesas correntes representam 55% do valor do orçamento, no entanto existe o tal equilíbrio, relativamente ao segundo quadro o que eu queria referir é que no exercício de 2011, reveste-se portanto de um enorme rigor orçamental, isto para dar cumprimento às mediadas constantes no Plano de Saneamento Financeiro, nesse sentido o município assumiu um compromisso no que diz à maximização das receitas e à gestão rigorosa da despesa, sem por em causa obviamente o bom funcionamento dos Serviços Municipais e ao mesmo tempo os princípios de confiança e boa fé que queremos manter com os nossos parceiros comerciais, na elaboração deste orçamento da receita seguimos as regras provisionais portanto definidas no POCAL, nunca esquecendo obviamente o bom senso e a prudência adoptando portanto os critérios, que a seguir são identificados, relativamente aos impostos directos e aos impostos indirectos os valores que ali estão nós tivemos em conta a média dos 24 meses, relativamente às taxas, multas e outras penalidades, também tivemos em conta a média dos 24 meses, no entanto o valor e a expectativa é de que este valor venha a aumentar por via dos projectos que estão a decorrer no licenciamento de grandes obras de investimento, em perspectiva para o Concelho, o Grupo Pestana, o Choping actualmente a pagar a licença, o investimento da Penha, e Lotes da Zona Industrial. -----

Relativamente ao rendimento da propriedade, que ali aparece, o que acontece é que são dividendos do SMAT e da VALNOR, dividendos esses que podem ser incluídos em Orçamento em Abril, quando forem aprovados. -----

Temos depois outras receitas correntes ali o valor não é assim significativo, relativamente às vendas de bens e serviços, temos como receitas eventos de instalação Desportiva, Culturais e Recreativas, Saneamento, Resíduos Sólidos, Cemitérios; Rendas etc., nesta rubrica foram utilizados 2 métodos distintos; o método de avaliação directa, estimativa com base histórica e o critério da média dos últimos 24 meses. -----

Passando às outras receitas correntes o critério foi baseado também na média dos 24 meses, vendas de bens e de investimento existe ali uma grande variação como podem verificar neste caso o Município optou por colocar só as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

rendas de venda resolúvel ou seja sermos mais realistas possível doutro modo podíamos de facto correr o risco de contarmos com receitas que depois não se iriam concretizar. -----

Nas transferências de capital portanto são as transferências do Orçamento de Estado, os contratos do Programa IRU, IMT, Central de Camionagens, Fundos Comunitário, valores aprovados de homologação na produção de despesa prevista em termos orçamentais em cada projecto constante das Grandes Opções do Plano. -----

Passando agora à despesa, começa com a despesa do pessoal, em que há uma redução e está-se a fazer um esforço nesse sentido temos consciência do período difícil que enfrentamos e portanto temos também quebra nas receitas e temos por isso vindo a apostar numa contenção da despesa corrente, isto é um trabalho que resultou de várias reuniões e o Sr. P. da C. esteve junto com as chefia trabalho esse que resultou num conjunto de medidas para conter a despesa, foi realizado um documento, as reuniões tiveram lugar em Março, e neste momento estão a ser mexidos todos os regulamento, praticamente todos e estão a ser já implementadas algumas medidas para conter portanto esta despesa.-----

Na aquisição de bens e serviços há uma pequena diminuição de juros e outros encargos ali existe aumento mas tem a ver exactamente com o aumento das Taxas de Juros, transferências correntes, os subsídios e outras despesas, já agora queria referir uma coisa que me esqueci – quanto aos juros e outros encargos foram ponderados 2 cenários um com o aumento de taxa de juro de 1% e outro com o aumento de taxa de juro de 2%, tendo por base a taxa da EURIBOR, em vigor em Junho/2010, por uma questão de prudência optamos pelo cenário mais pessimista pensando prevenir assim a tendência da subida das taxas de juro. Relativamente também às transferências correntes privilegiou-se o volume das transferências de capital de forma a proporcionar os investimentos necessários às várias colectividades e IPSS's que se destacam a TÉGUA, a Obra de Santa Zita, a Associação dos Amigos da 3.ª Idade de Carreiras, Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Sé, Corpo Nacional de Escutas, Agrupamento 142, etc. Relativamente aos subsídios foram feitos exercícios no sentido de aferir quem de facto tinha necessidade destes subsídios, daí que haja ali uma diminuição nos subsídios, não tem a ver com um corte cedo é pura tem a ver pura e simplesmente com o facto de aferir de que alguns subsídios estavam ou não estavam a ser bem atribuídos e portanto maior rigor na atribuição destes subsídios e tem a ver também com a alteração de alguns regulamentos. -----

Aquisições de bens de capital regista-se um corte de 27,64, fruto dos cortes da receita significativa bem como da tentativa de não assumir mais despesas de investimento, sem o reembolso de verbas de utilização do CREN que devido ao seu atraso condiciona de forma significativa a acção de novos investimentos, só para terem ideia estão por fora cerca de 2 milhões de euros. -----

Relativamente aos passivos financeiros, esta rubrica aumenta não pela contracção de novos empréstimos mas sim pelo término de carência de alguns.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No último quadro que faz um resumo das Grandes Opções do Plano e aquilo que se nota nas Grandes Opções do Plano é um esforço muito grande a nível da Acção Social, no entanto queria também dizer que não descaramos nenhuma das outras rubricas, evidentemente a educação, existem cortes que depois que com certeza que verificaram que relativamente ao ano anterior nalgumas designações um dos programas no entanto arranjam outras alternativas para que se possa ir buscar dinheiro, nomeadamente para a cultura, ou seja vamos apostar é em diferentes modelos de gestão. -----

**O Presidente da Assembleia** comunica que, posto esta apresentação se passaria à discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento. ----- Após inscrições e no uso da palavra **Miguel Monteiro**, refere que um documento como este é obviamente um documento de opções, opções de investimento, de Gestão e políticas também, e portanto o que vai tentar fazer no mais curto espaço de tempo é dar alguns exemplos daquilo que achamos serem opções erradas relativamente a este orçamento e a este plano de actividades. Uma das questões que gerou de certa forma mais polémica na discussão desta Plano de actividades e Orçamento teve a ver efectivamente com cortes de valor bastante avultado relativamente às Juntas de Freguesia, aliás foi um dos argumentos utilizados pelo Vereador da CDU, para viabilizar este orçamento, em reunião de Câmara, o que eu acho de certa forma estranho, é como é que se consegue dizer que se mantém o apoio às Juntas de Freguesia, quando as mesmas sofrem um corte de 35% no protocolo estabelecido entre a CMP e essas mesmas Juntas de Freguesia, não consigo entender o conceito de manutenção de apoio quando as J.F. são amputadas de mais de 1/3 da verba do protocolo relativamente ao ano anterior. Mas temos mais. Foi inscrita uma verba e eu ainda pensei que eventualmente pudesse ser algum lapso contabilístico, mas rapidamente verifiquei que não era. Como foi publico, os vereadores do PS, sempre defenderam que um dos possíveis caminhos para reanimar o Concelho de Portalegre tinha a ver com a implementação de uma verdadeira política de reabilitação urbana, este foi efectivamente um dos pontos base que foram estabelecidos e que eram condição essencial para que o PS pudesse viabilizar o orçamento, pois bem o que é que a C.M. fez? Inscreveu uma verba no orçamento para esta área de 5000 euros, eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente que espécie de reabilitação urbana é que pretende fazer na cidade com 5000 euros? É que isto é efectivamente uma opção política, ainda para mais quando comparamos com outros gastos que a C.M.P. fez ao longo dos anos e só a título de exemplo vou dar este número; só em Ajustes Directos para agências de comunicação externas à CMP, entre 2009 e 2010 contabilizei no respectivo site onde podemos aceder a essa matéria 41050 euros; como é que é comparável algo que trás riqueza e dinâmica para o Concelho como é a reabilitação urbana onde inscreve uma verba perfeitamente ridícula e provocatória de 5000 euros, com gastos desta natureza, que a CM sistematicamente vai insistindo em fazer. Mas temos ainda mais, este é o orçamento de 2011 que mais empurra dívida



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para 2012, devo dizer que face aos números que estão presentes neste orçamento aquilo que a CM está a fazer desde já é comprometer o orçamento para 2012, são milhões de euros que estão prometidos para 2012 e com isso comprometendo ainda mais a viabilização financeira deste Município e por arrasto a própria viabilização económica do Concelho de Portalegre. Não falo de cor, vamos a números concretos, por ex. este espaço onde nós ainda estamos a esta hora, os novos Paços do Concelho de Portalegre, ainda têm verba inscrita para 2012 de 133 000 euros, o espaço Robinson 1 360 000 euros, o CAEP 320 000 euros, o sintético do estádio dos Assentos 178 000 euros, a Zona Industrial Sr. Presidente tanta vez aqui falada 900 000 euros, a via da encosta poente 1 200 000, é um empurrar de dívida e de suposto investimento para 2012, vai criar uma situação de garrote financeiro deste município ainda mais grave do que aquela que já atravessa, tendo em conta estes dados que eu referi era bom que hoje esclarecesse aqui perante nós se há ou não um efectivo risco da CMP ficar sem possibilidade de recorrer a recursos comunitários que comparticiparam estas obras e que a mesma CM está impossibilitada de assegurar a parte que lhe cabe nesse investimento, estamos a falar em grande parte destes investimentos, de obras comparticipadas a 75%, e em que a Câmara tinha que assegurar cerca de 25%. Pois bem face à situação de rotura financeira da Câmara, a Câmara não consegue assegurar os 25% e com base nisso arrisca-se a criar um problema gigantesco do ponto de vista financeiro em Portalegre, porque arrisca-se a deixar passar ao lado verbas comunitárias, mais grave, de investimentos que já estão feitos no terreno, portanto alguém com certeza os terá que pagar. Mas temos outras opções também a área social como a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente referiu e bem, temos verbas como por ex. Conforto habitacional uma verba atribuída de 5 400 euros, enfim é uma opção política, mas também não deixa de ser uma opção política, continuar a atribuir 16 000 para bailes no mercado e cerca de 15 000 euros para a Festa da Vida, ninguém nesta bancada defende a extinção deste tipo de iniciativas que tem obviamente alguma importância para os idosos da nossa terra, não é isso que se defende, o que se pode defender é uma reafecção de verbas na área social que efectivamente dêem respostas de âmbito social às famílias mais carenciadas do concelho de Portalegre, quais afinal de contas as prioridades da política social para do concelho, as festas ou os apoios efectivos às pessoas? Também na cultura ainda agora tivemos uma iniciativa no CAEP bastante relevante; como bem sabem continuamos a insistir em inscrever uma verba adequada para o CAEP. Uma estrutura que é uma estrutura de ponta deste concelho tem 7 500 euros para manutenção e equipamento daquele espaço, pelo que tem sido com certeza uma sorte não haver uma rotura relativamente a certos equipamentos o que seria perfeitamente natural que exista naquele espaço e com uma verba de 7 500 eu gostava de realmente ver como é que o SR. Dava resposta às necessidades daquele espaço cultural que ainda vai trazendo muita gente ao concelho de Portalegre. Depois temos aqui opções relacionadas com o turismo, cultura e desporto e aqui as Festas da Cidade, uma vez mais um parente pobre da sua



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

gestão, bem sabemos que tem, parece-me quase um ódio de estimação pelas Festa da Cidade, tem uma verba efectivamente atribuída no valor de 10 000 €, se comparar-mos com outras iniciativas como eu há pouco referi ficam realmente muito aquém do que pode ser um instrumento para trazer muita gente a Portalegre, que com certeza vem aqui consumir e gastar muito dinheiro, mas o mais ridículo destas rubricas é atribuir a uma festa ou um período de festas como são as festas populares uma verba de 500 €, que justificação é que vai dar ao esforço que os comerciantes desta cidade fazem em organizar uma festa popular como esta, que cria tanta animação no concelho de Portalegre, e às pessoas das ruas do centro histórico da cidade e o esforço que continuam em manter as festas de pé. São estas as suas opções e já agora só um alerta, a verba atribuída sistematicamente à Baja de Portalegre, tem vindo a baixar nos últimos anos, eu exprimo aqui um desejo que nunca este baixar sistemático de verbas para um evento tão importante e que trás milhares de pessoas à cidade de Portalegre, pode colocar em risco a viabilização deste evento na cidade que é efectivamente “dona” deste evento, foi aqui que ele nasceu e espero que seja aqui que ele venha sempre a concretizar-se, estas são realmente opções que este Município fez, que o PSD e os seus vereadores viabilizaram e que para algum espanto de algumas pessoas mais atentas nesta cidade, a CDU apesar de não haver alterações substanciais neste documento relativamente a outro que tinha sido apresentado conseguiu fazer este “flic, flac”, à retaguarda de anteriormente propor a retirada daquele orçamento de votação em reunião de Câmara e agora inverter completamente a posição, e sem que nada no orçamento de substancial se tenha alterado, votar a favor do mesmo, estes são com certeza alguns esclarecimentos que gostaria de ver aqui na A.M. através do Sr. Presidente esclarecer, e deixe-me só dizer-lhe uma coisa para terminar, o Sr. Presidente na declaração de voto teve a desfaçatez de referir que Portalegre vive hoje melhor e que Portalegre está hoje melhor, como é que o Sr. consegue ainda hoje dizer isto, em que mundo é que vive, o que efectivamente me parece é que já nem o Sr. acredita nisto, sistematicamente vai dizendo como propaganda à população do nosso concelho, tenho dito.

Usando da palavra o Presidente da Câmara, **Mata Cáceres** diz que para não se esquecer vai começar já pelo fim afirmando que está plenamente convencido que Portalegre está hoje muito melhor do que vivia se não tivesse feito estes investimentos que aqui estão o drama maior de Portalegre foi não ter feito parte destes investimentos quando o devia ter feito e quando Deus passou por aqui, e passou por aqui e atravessou o País como atravessou e deu a possibilidade de outras localidades equiparadas à nossa, que tinham situações perfeitamente equiparadas à nossa e como é o caso de Bragança, Castelo Branco, Guarda, tudo o que é conhecido, eu não estou a inventar e quando todas essas cidades foram capazes de aproveitar as circunstâncias que lhe foram proporcionadas e Portalegre ficou aqui a assobiar para o lado, uma melodia que só alguns ainda teimam em apreciar, esta é a 1.ª grande resposta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que tenho para lhe dar, portanto estou plenamente convencido que os miúdos vivem melhor nas escolas com a intervenção que foi feita, as pessoas que atravessam a Frei Amador Arrais que foi prolongada da maneira que está e que os investimentos que foram feitas na água e nas poupanças que hoje são possíveis e visíveis e que só alguns não são capazes de ver porque já lá estão debaixo é que não têm capacidade para reconhecer, portanto a dívida que Portalegre tem, sabe de onde é que deriva e porque é que foi feita, e nenhum Portalegrense daqueles com que eu falo todos os dias na ruas se queixa dessa dívida, a não serem aqueles que tem uma missão instituída na cabeça e como é o caso dos Srs. Que chegam aqui fazem um conjunto de apreciações que são admissíveis, que são respeitáveis, mas porque é que não foram feitas sugestões em tempo próprio para a maneira como poderiam ter sido feitas, falou-me na requalificação urbana, Sr. Dr. no que diz respeito à reabilitação urbana o Sr. está longe de querer mais do que eu fazer a reabilitação urbana, na 1.<sup>a</sup> prioridade Sr. Dr. para mim da reabilitação urbana está a criação de habitação social e posso lhe dizer que nós apresentamos um projecto ao INH, para fazer reabilitação urbana, fazer habitação social, e para desta política derivar todo um conjunto de circunstâncias relacionado com a reabilitação urbana que não passa por pôr dinheiro ao serviço dos privados e até parece que eu tenho alguma coisa contra os privados não tenho, o que não estou é convencido que a política de requalificação urbana que foi defendida pelos Srs. Em relação a esta questão do orçamento seja consequente o que faz falta para uma verdadeira política de reabilitação urbana é uma política de rendas de casa que permita que aquele que é dono de uma casa se sinta estimulado para poder investir nela para depois ser minimamente ressarcido desse processo, esta é a essência da questão, depois fez um enunciado de situações que eu se calhar até peço aqui à Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente para me ajudar.. falou no CAEP e os 7 500€, mas o Sr. é capaz de criticar o funcionamento do CAEP, aquele equipamento do CAEP é um equipamento novo, não é presumível que tenha ali um nenhum cataclismo, se calhar até se desejava que tivesse algum cataclismo, é previsível que não tenha, se calhar até admito que o Sr. quisesse que aquilo tivesse ali um bico de obra para depois os 7 500 € não chegarem, o que é importante é perceber como é possível ter aquela programação com esta economia, se tivesse-mos o contrário os Srs. Diziam que éramos despesistas, o Sr. enunciou aqui um conjunto de coisas que não passam de um conjunto de situações que aumentavam drasticamente a despesa mas há uma coisa que o Sr. não me disse onde é que se vai buscar a receita correspondente, eu defendi várias vezes e estive aberto todos os dias quando apresentamos uma proposta de orçamento que viessem propostas que corrigissem, quando foi dito pomos dinheiro na reabilitação urbana eu nunca disse que não, nunca dissemos que não, dissemos é só que o dinheiro que se põe na reabilitação urbana de onde é que se tira, donde é que se tira, porque temos que trabalhar com um orçamento que é aquele que aqui está, o orçamento e o endividamento que a Câmara tem Sr. Dr. devo-lhe dizer mais uma vez, Portalegre está melhor hoje, francamente melhor, com os investimentos que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

fez e com o serviço de IVA que lhe está correspondente do que quando não o tinha, e nós não gastamos dinheiro nem em festas, nem em manjares, nem festarolas, gastamos dinheiro em investimento que todos os Portalegrenses hoje uns mais do que outros e consoante as circunstâncias estão hoje a usufruir, mais nós fizemos uma intervenção nas escolas da maneira como fizemos tivemos apoios na ordem, na grande globalidade das situações que não chegou a 30%, hoje premeiam-se aqueles não o fizeram e dá-se-lhe 80%, daqui é que nós devíamos estar todos solidário e queixosos por estarmos a ser tratados desta maneira porque se todas as Câmaras do meu País tivessem feito aquilo que nós fizemos em termos de investimento, Portugal não estava em risco de voltar a pedir dinheiro à comunidade, Portugal não estava q a ter que pedir às Câmaras Municipais para terem agora um esforço de investimento para não devolver dinheiro à comunidade Europeia, agora os Srs. E eu admiro muito que gente jovem defenda hoje aqui a mesma leitura que foi defendida por um conjunto de pessoas que estão na origem desta leitura que eu faço e faço-a com a maior humildade em relação a todas as situações, eu não estou em nada pesaroso por o investimento ter sido feito desta maneira, sei que o tempo é para cumprir Sr. presidente, não respondi a todas as questões, queria só aqui referir uma coisa, não é honesto o Sr. Dr. Estar-me a falar aqui nas despesas de comunicação e a comparar com a outra que me disse à anteriori que era dos 5 000 € para a reabilitação urbana, não é porque o Sr. está a comparar-se aquilo que eu percebi só da suas palavras, eu não fiz contas, 40 000 € não é do orçamento de 2011, é de não sei quantos anos, Sr. Dr. o Sr. que é da arte agora soma 10 anos de orçamento para uma área e mistura com os outros, isso assim não é jogar, isso é o mesmo que o Sr. agora saltar para o campo de futebol para jogar uma partida de futebol e prende as pernas aos outros que vão ser os seus adversários, tem sempre possibilidade de ganhar se não for completamente aselha, a verdade dos factos é esta, agora meu caro amigo, se calhar não respondi a tudo, o tempo não dá mas se houver mais dúvidas eu..., volto a pedir desculpas que eu falo assim com este calor porque sinto aquilo que estou a dizer, e estou plenamente convicto do que estou a dizer e não é possível que os Srs. me convençam do contrário.-----

No uso da palavra o **Vereador Hugo Capote** disse que já tinha discutido várias vezes com o Dr. Miguel e até publicamente mas gora esta situação é uma situação ligeiramente diferente, não estou na posição de membro fiscalizadora da acção da CMP e tinha funções executivas e a 1.<sup>a</sup> coisa que eu gostava de dizer à assembleia é que teria tido exactamente o mesmo papel se a mesma acção se a Câmara fosse do PS, no meu entendimento e no entendimento da CDU, nós não ganhámos as eleições e nós temos é que criar condições de governabilidade para que a governa, é evidente que eu não vou fazer aqui a apologia de um orçamento que não é o meu mas eu também não gosto de ver alguma demagogia nestas discussões porque uma coisa é vir para aqui dizer que se está muito preocupado com as auxiliares de Acção Educativa, quando se, se votasse contra este orçamento e contra o mapa de pessoal que está



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

anexo, estas auxiliares iam para a rua. Portanto eu gostava de perceber e a minha posição é simplesmente esta eu sentei-me a uma mesa para discutir um orçamento para resolver problemas concretos das pessoas, alguns desses problemas são as dívidas que a Câmara tem. O Miguel por ex. disse aqui a Festa da Vida, os 15 000 € que estão no orçamento para a Festa da Vida, são dívida que decorre dos anos anteriores, eu por mim entre uma opção ou outra acabava com a Festa da Vida, não tenho dúvida nenhuma. A outra questão que eu também acho que o Miguel levantou aqui e que acho que é muito importante, eu gostava que a pergunta que foi feita em relação às Juntas de Freguesia, ele a fizesse aos Presidentes das Juntas de Freguesias. do PS, que aceitaram os 35% de corte numa negociação anterior, pelo menos foi aquilo que me foi referido e não tendo a CDU nenhuma presidência da Junta, aquilo que eu soube foi que houve uma negociação com todas as J.F. e que estas aceitaram o corte, de 35%, corte esse que eu não iria aceitar em sede, mas como não sou mais papista que o Papa...-----

No uso da palavra a Sr.<sup>a</sup> **Vice-Presidente** esclarece algumas das questões que foram colocadas, em relação ao empurrar-mos a dívida para o ano de 2012, que eu chamo dívida devido a investimento, ainda bem que houve, porque neste momento já há pessoas a usufruir, deve-se aos cortes orçamentais transferência do Orçamento de Estado que são 734 591 € e a outros cortes. E temos por fora 2 milhões do CREN, no entanto o Município deverá sempre ajustar estes valores caso o dinheiro do CREN entre, relativamente aos bailes o vereador Hugo Capote já respondeu, e se calhar ele consegue responder porque esteve presente nas reuniões que o PS não esteve, no Turismo, na Cultura, nas Festas da Cidade e nos Santos Populares o Vereador Hugo Capote percebe porque é que lá está inscrita essa verba, tal como eu disse estamos a tentar outros meios de financiamento e caso não saiba existe um programa que é o MODECOM, com a Associação Comercial, cuja parte não participada é na totalidade paga pela Câmara, 40 000 € e é daí que 3 eventos exactamente estão inscritos nessa candidatura, é outra forma de se ir buscar dinheiro, e “obrigando” a Associação Comercial a contratar as Associações da cidade em 1.º lugar, e penso que está tudo, portanto temos as Festas da Cidade, os Santos Populares e o Turismo que vão ser subsidiados, não só por aqui mas também por outras candidaturas.-----

O **Presidente da Câmara** intervém dizendo O Sr. Dr. falou nos Paços do Concelho, estes Passos do Concelho são uma espinha na garganta de alguns Socialistas, a gente tem pena, nós quando fizemos este edifício para funcionar aqui a Câmara, não foi para incomodar ninguém, foi para conferir dignidade à Câmara Municipal, condições de trabalho aos funcionários e como consequência disso fez-se esta recuperação e não só foi feita esta recuperação foi feita também uma recuperação e uma instalação nova para os outros funcionários que trabalham nas oficinas municipais, que esses os Srs. Normalmente não vão lá, enfim é outro clube, é outro esquema, portanto nós



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não fizemos esta obra para ofender ninguém, há quem defenda que só se deveria ter feito metade desta instalação e eu continuo a dizer ainda bem que quando toda esta decisão foi tomada muitos dos Srs. Não tinham nada que ver com isto, porque senão tinha acontecido como a escola no campo de futebol, ficávamos sem escola como tínhamos ficado sem esta se os Srs. tivessem a ver com isto. -----

**Luís Testa** pede a palavra, dirigindo-a ao Vereador Hugo Capote, que antes de mais diz que relativamente a honestidade e populismo o Sr. Vereador terá acusado apesar das discussões e algumas públicas o seu camarada de bancada Dr. Miguel Monteiro, de algum populismo pelo facto de se não ser aprovado este orçamento as auxiliares de educação que tanto nós defendemos no período de antes da ordem do dia, poderem ir para a rua, Ó Sr. vereador Hugo Capote, isto é que é populismo por uma razão muito simples, porque a alternativa a este orçamento que é mau, não é nenhum orçamento, nos PS a opção desejável e atingível em relação a este orçamento que é mau, era ter um orçamento que fosse bom, e se V. Ex.<sup>a</sup> tomou parte nas reuniões de negociação teve oportunidade de transformar este orçamento num orçamento bom. Respondendo à Vereadora Adelaide Teixeira, o Vereador Hugo Capote de facto esteve em todas as reuniões, mas eu não sei se o seu e-mail funciona só em BCC para os vereadores do PS, porque normalmente os e-mail's que vão para todos para alguns não vão e houve corridas a 2 passos – a 1 passo discutia-mos com todos e no 2.º passo discutia-mos só aos 4, portanto Sr.<sup>a</sup> Vereadora relativamente a essa posição dos Vereadores do PS, fica-lhe mal quando inclusivamente, pessoas que tomaram parte dessas reuniões vieram a saber à posteriori que nem os e-mails de convocatórias para essas ditas reuniões, os vereadores do PS, tinham recebido. O **P.C.** diz que o e-mail que tem mais presente que respondi, foi quando um dia um Sr. Vereador do P.S. que dizia assim: Queira convocar os funcionários para uma reunião para terem reuniões parcelares e eu limitei-me a dizer que não é assim que se trabalha que não autorizava que essas reuniões fossem feitas dessa maneira, no entanto disponibilizava-me para as mesmas serem feitas contudo e com todos e connosco e pusemos como condição que acontecessem dessa maneira e não houve nenhum pedido de agendamento de reuniões. -----

O **Dr. Chaparro** pede a palavra só para elucidar o Vereador Hugo Capote e simultaneamente parece que esta intervenção poderá também elucidar algumas pessoas aqui da A.M. que desconhecem claramente o que é que aconteceu, pelo menos de conhecimento próprio com a J.F. de Alegrete, e penso que com outras também aconteceu a mesma coisa. Os Presidentes das J.F. foram convidados para ter uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, com as 2 vereadoras aqui presentes e que pertencem à maioria do executivo em finais de Janeiro ou seja para a elaboração da proposta de orçamento nem sequer fomos convidados, a participar na elaboração do orçamento, ou seja este concelho não é constituído por freguesia, portanto faz-se um orçamento e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não se preocupam sequer de quais as prioridades para as restantes freguesias, depois nessa reunião não houve nenhuma negociação, aquilo que nos foi transmitido, foi que o protocolo e a delegação de competências, exactamente com as mesmas competências para as J.F. mas que durante o ano de 2011, teriam um corte de cerca de 35%, ao longo do ano, e negociável, foi proposto às J.F e foi dito que não havia discussão, não se explicou porque é que era 35% e porque não eram 30, não eram 20, e de havendo esse corte as competências a delegar se as J.F. iriam sofrer algumas alterações, o esta era a situação que eu queria elucidar, as J.F. foram colocadas desta maneira. -----

O Presidente da Câmara **Mata Cáceres** intervém para dizer que sobre este tema do seu colega presidente da Junta de Freguesia. de Alegrete, queria só dizer o seguinte, este Sr. foi presidente de Junta de Freguesia. de outra conjuntura, penso que se lembra e as condições que lhe foram proporcionadas hoje e neste orçamento ou se têm alguma coisa a ver como o Sr. tinha da outra vez quando Deus cá andava no mundo, que é que tem a ver com a outra é que desta vez nós neste momento não pomos mais ovos no cesto porque não os temos, senão mais púnhamos enquanto tivemos pusemos, quem criou esta relação de protocolo com as Junta de Freguesia fomos nós não foi mais ninguém, e portanto o Sr. eu não tem perante mim autoridade moral para estar a falar dessa maneira que não lhe estamos a dar mais do que aquilo que não podemos, quando coexistiu com outras situações e que eu saiba não se queixou. Ao Sr. Presidente eu a si digo-lhe exactamente aquilo que lhe digo em reuniões de Câmara, em Janeiro, e autoridade moral posso não ter mas o Sr. também não terá. Relativamente a delegação de competências, se conhecesse a história, o Sr. gosta é muito de fazer tábua rasa das outras pessoas e dos outros acontecimentos que cá estiveram, portanto gosta muito de fazer tábua rasa como se o mundo começasse a existir após a sua chegada à Câmara de Portalegre, eu sempre fui detentor da delegação de competências e há aqui pessoas que são presidentes de junta há mais tempo e sabem que eu sempre defendi que as delegações de competências...sempre fui favorável à delegação de competências e me debati por elas e aquilo que eu lhe disse claramente foi que se não tínhamos a delegação de competências, se calhar tinha-mos outras situações, portanto isso aí sobre o passado não me vou pronunciar, mas aquando da elaboração do orçamento as Junta de Freguesia eram sempre consultadas e tinham reuniões com a Câmara para virem cá e dizer como era as suas opiniões, as suas estratégias e as actividades que queriam defender para as suas freguesias, e é isso é que eu lhe tenho dito também, e relativamente aos 35%, eu só lhe disse e continuo a dizê-lo, que discordo dele, porque foram feitos os cortes de uma forma cega, e disse-lho naquela reunião e digo-o aqui, sei que tem que haver cortes porque o dinheiro não chega ...é mais pequeno que os orçamentos anteriores, mas porque é que não negociou porque é que foram 35%, ou 30 ou 25, porque é que as competências continuam exactamente as mesmas mais baixas, foi isso que eu discuti consigo.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O **P.A.** dá a palavra a **Luís Pragana** que começa por comentar o estilo de debate que tenho estado assistir em torno destes documentos fundamentais para a gestão municipal e sinceramente, aquilo que me faz lembrar é o velho ditado popular de que casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão e efectivamente é aí que nasce o problema, o problema nasce de um claro desinvestimento do actual Governo no poder local democrático, em que só para 2011, €, só à CMP, a acrescer aos cortes que vinha sendo feitos, nomeadamente ao ano de 2010, e efectivamente é uma conjuntura em termos de gestão municipal extremamente complexa, e a postura política que a CDU tem nas autarquias locais de todo o país incluindo na CMP, onde tem um vereador é uma postura construtiva, prepositiva e no sentido de viabilizar e influenciar dentro desse peso político as melhores soluções para a qualidade de vida das populações e para o progresso e desenvolvimento do concelho. A posição do vereador da CDU, na CMP, deste logo na proposta de ideologia de construção do orçamento que hoje vem à Assembleia Municipal. e que foi efectivamente um processo participado para além das reuniões normais e ordinárias do executivo municipal que é o Órgão com a responsabilidade pela elaboração destes documentos mas para além dessas reuniões normais, que foram várias foi também um processo participado, e que teve em conta o objectivo exclusivo de não deixar fugir para outros lados os poucos recursos que hoje existem no município de Portalegre, foi essa a intenção, foi tão pouco pois não o reduzamos ainda mais, bem como, não os deixar fugir. O vereador da CDU na Câmara Municipal de Portalegre colocou algumas questões de princípio na discussão que fez da proposta do orçamento desde logo o maximizar as receitas municipais e conter as despesas correntes aumentar as verbas para investimento, nomeadamente as destinadas a pequenas obras de manutenção e de conservação manter os apoios a Associações desportivas e culturais do Concelho, promovendo o desenvolvimento cultural e desportivo do concelho, a nível do mapa de pessoal, ajustar as reais necessidades de pessoal da Câmara Municipal, garantindo num 1.º momento os postos de trabalho, do município e num 2.º momento dando resposta às carências de diagnóstica das e que era necessário intervir aqui o caso já hoje muito falado das auxiliares de acção educativa e que foi efectivamente uma preocupação central na posição da CDU na votação deste orçamento, do mapa de pessoal mas não só propondo soluções prévias à própria aprovação do orçamento e do mapa de pessoal, ainda hoje se viu no período de antes da ordem do dia e a propósito da interpelação do público essa posição e havia ainda outro princípio que defendeu a não redução dos apoios por parte da C.M. financeiros às Juntas de Freguesia. Do Concelho. E efectivamente enfim já se percebeu que não há verdade absoluta sobre este processo mas a informação que chegou ao vereador da CDU, foi que teria havido uma reunião entre CM e todos os presidentes da Juntas de freguesia do Concelho de Portalegre e que teriam acordado por unanimidade uma redução em 35% das verbas a transferir pela Câmara para as Juntas de Freguesia, esta foi a informação que chegou ao



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

nosso vereador do executivo municipal, mas também foi esta informação que chegou a eleitos da CDU nalgumas J.F. e que interpelaram os respectivos presidentes estou a pensar concretamente na J.F. da Sé, e que lhes foi explicado que sim Sr. tinha sido assim porque os eleitos do PS tinham aceiteado isto porque estavam em minoria num total das J.F. do PSD, portanto essa foi a informação que nos chegou como se sabe a CDU não tem infelizmente permitam-me a observação nenhum presidente de Junta de freguesia no Concelho, não tem portanto assento nestas reuniões e tem que obter a informação indirectamente que foram os casos, prestada no Executivo Municipal da Câmara e prestada nas J.F. onde tem eleitos, portanto aquilo que nós hoje estamos a discutir é uma proposta de grandes opções do plano, orçamento e Mapa de Pessoal que não é objectivamente e gostava que de sublinhar a proposta de grandes opções do plano e orçamento e mapa de pessoal que a CDU apresentaria se fosse a força política a gerir a Câmara de Portalegre, de todo desde logo porque o paradigma de desenvolvimento do concelho defendido pela actual maioria do PDD, na Câmara de Portalegre é muito diferente do paradigma de desenvolvimento e de progresso do concelho, que a CDU advoga e defende, mas por outro lado a CDU tem uma prática de influenciar decisões de contribuir de uma forma construtiva para as melhores soluções, e esse objectivo foi conseguido e portanto a posição da CDU na CMP, foi viabilizar o orçamento respeitando naturalmente as opções diferentes das nossas mas as opções que são obrigação de se tomar por parte de quem tem a maioria política conferida pelo regime democrático em que vivemos, felizmente, e é essa naturalmente a posição que a CDU na AM vai secundar sempre com o objectivo de que é necessário que quem governa tenha os instrumentos necessários para governar e é necessário que a oposição continue de forma crítica e atenta a acompanhar essa governação influenciando para que as decisões e as opções sejam as melhores no sentido do interesse das aspirações das populações e do progresso e do desenvolvimento do concelho. -----

No uso da palavra **Miguel Monteiro** diz que acha que esta Assembleia tem sido bastante proveitosa desde logo porque percebemos que uma certa estratégia que está montada e que durante muitos anos esteve em voga nomeadamente em alguns países do bloco de leste europeu, e que era aquela estratégia de propaganda que consistia numa mentira muitas, muitas vezes repetida quando era às tantas tornava-se numa verdade, está aqui a cair por terra e pode ter a certeza que enquanto houver aqui um eleito do PS nós não permitiremos que esse tipo de estratégia aqui colha qualquer tipo de frutos, porque relativamente às supostas marcações de reuniões com os vereadores do PS, acho que já estamos todos entendidos relativamente a essa matéria e como se não bastasse ficamos aqui hoje esclarecidíssimos sobre aquilo que foi não uma negociação com as J.F. mas sim uma imposição para com as J.F. inclusivamente levando por aquilo que percebo ao engano ao próprio vereador do Partido Comunista o Dr. Hugo Capote, Adriano Capote corrige Miguel



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Monteiro, dizendo da CDU, que pede desculpa dizendo da CDU, quanto a isso o debate está a ser bastante esclarecedor depois caro presidente é um bocado triste um membro da Assembleia ter que o estar a esclarecer acerca de matérias que são relacionadas com o executivo da Câmara os 7 500 € que eu referi do CAEP, é manutenção não é programação do CAEP, estou a falar só de manutenção no CAEP, se fossemos à programação bem nós podíamos ver o mapa de investimento que a Câmara tem feito na programação do CAEP e que é mais ou menos assim em queda, espero que nunca coloquem em causa a importância que aquele equipamento tem para o concelho de Portalegre, depois só mais uma observação, reabilitação urbana ó Sr. Presidente está a leste do paraíso, reabilitação urbana implica que agentes económicos no terreno, pequenos empresários locais por ex. possam vir a criar riqueza neste concelho com as obras, algumas delas até de pequenas intervenções, outras de grandes intervenções, que fazem aqui no concelho, isto é efectivamente semear riqueza no concelho, não tem nada a ver com essa questão do arrendamento que o Sr. quis aqui misturar como muito bem sabe fazer, é uma questão completamente diferente e que eu lhe aconselho vivamente a estudar melhor para bem do concelho de Portalegre, e depois A Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente, veio-me aqui a comparar o empurrar da dívida que eu aqui referi e dei vários exemplos que só os exemplos que eu citei somam 4 milhões e qualquer coisa, mas se fosse a somar as rubricas todas andariam perto do 7 milhões de euros, e está-me a comparar isto com o corte de 700 e tal mil euros que a administração central fez para a Câmara. Isto é que é uma comparação numérica, para usar a mesma terminologia que desse lado há pouco veio e não é honesto para com os elementos da AMP. Também um desejo, eu conheço muitíssimo bem os programas MODCOM os antigos URBCOM, pode crer que os conheço muito bem, eu só espero é que o executivo continue a fazer aquilo que outros executivos anteriores da CMP, com outros autarcas conseguiram que foi contribuir efectivamente para que esses programas fossem um sucesso entrando com a verba necessária para que essas iniciativas se concretizassem, deixo aqui um desejo que a CMP, efectivamente invista aquilo que está programado para a Associação Comercial para que estes projectos não entrem enfim pelo cano abaixo, e já agora também um conselho este se calhar um pouco pessoal ó Sr. Presidente, já todos notamos que tem uma obsessão curiosa para com Castelo Branco, este não é o local certo para tratarmos essa obsessão, eventualmente a Assembleia Municipal de Castelo Branco será o local mais indicado, portanto o conselho que lhe dou é não se concentre tanto em Castelo Branco concentre-se mais em Portalegre, foi para isso que os Portalegrenses o elegeram, é isso que os portalegrenses exigem de si. -----

O **Presidente da Câmara** intervém e diz que é só um comentário breve, por muito que eu me esforce por entender Castelo Branco estou longe de ser tão influente como outros meus antecessores que foram considerados em Portalegre Presidentes de Câmara e melhores vereadores da Câmara de Castelo Branco, essa é que foi a tal fase complicada, quando nós tivemos um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presidente que era considerado o melhor vereador de Castelo Branco eu neste momento tenho a relação que tenho com Como tenho com todas as Câmara aqui à volta na expectativa de entendimento e de partilha, inclusivamente com as do Distrito de Portalegre, em todas as circunstâncias temos tentado assumir o papel indutor que a cidade enquanto capital de distrito deve ter em relação a esta situação toda nós chegamos à Câmara Capital do Distrito era liderada era subalternizada por candidaturas e projectos e investimentos em relação aos outros concelhos do Distrito que têm dimensões daquilo que todos nós conhecemos, a Cidade de Portalegre, em volumes de investimento em candidaturas apresentadas, estava no ranking em 8.º lugar e quando nós chegamos ao fim do 1.º mandato em 8.º lugar nas 15 Câmaras do Concelho, a Capital do Distrito e quando chegamos ao fim do 1.º mandato estávamos em 1.º das 47 do Alentejo, desafios destes Sr. Dr. com a maior franqueza estou disponível para discutir consigo, sem ser um estudioso dos números e desses aprofundamentos todos, e não é porque sei muito é porque tenho a possibilidade de ter tido uma série de gente e de equipas que me ajudaram a fazer isto tudo, não é obra minha, nunca disse que era obra minha, foi obra de um conjunto de gente que se esforçou para materializar este processo todo, e os Portalegrenses sabem isso meus caros Srs. Por mais que o Sr. se esforce, por tentar passar essa sim a mentira que os Srs. Tentam passar que Portalegre parou, Portalegre não sei quantos, não há mentira maior do essa que os Srs. Andam a veicular aí na praça pública todos os dias.-----

No uso da palavra **Adriano Capote** diz Sr. Presidente uma de saudosismo nós realmente andamos pelo Bloco de Leste mas nunca alinhamos com o Carluchi, depois acerca do comportamento e da atitude, da CDU nas Autarquias, sempre que somos eleitos trabalhamos não para quem nos elegeram mas convencidos que estamos certos para todos mesmo aqueles que não nos elegeram, quando a CDU propôs a não apresentação do orçamento porque não foi votado fê-lo e já aqui foi dito mas eu vou reforçar com a intenção de que uma maioria numa Câmara em Portalegre, a querer trabalhar em conjunto, pudesse tornar governável o Concelho de Portalegre não foi a CDU que transformou esta Câmara numa entidade praticamente falida, também não é a CDU quer tem capacidade para neste momento ir buscar recursos que não existem e o comportamento da CDU foi na convicção que as forças políticas presentes nesta Câmara PSD à cabeça, PS e CDU em conjunto iriam tentar em conjunto, resolver o problema da contenção da melhor forma possível para o Concelho, não é uma Santa Aliança não é uma Paz Podre, mas era da parte da CDU uma estratégia para tentar influenciar a governabilidade do Concelho, não temos culpa que quer o PSD quer o PS não estivessem os 2 interessados em estar presentes em todas as reuniões, o problema é deles não é nosso, quanto às Juntas de Freguesia a CDU propôs que não fossem tocadas o valor das transferências, aceites ou não Órgão eleitos autonomamente tem a capacidade e a competência para protestar e não aceitar em silencio, e da mesma forma que a CDU sabe nos eleitos da A.M. o que se passou através do Sr. vereador



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

na Câmara, então os vereadores do PS também podiam tê-lo dito e saber a que se passava através dos presidentes de junta, mas isso tem a ver com funcionamentos partidários ou com interesse, a CDU não culpa O PS por não querer construir um orçamento para o PSD governar, mas a CDU não aceita ser acusada em relação ao Concelho de Portalegre de não assumir responsabilidades daquilo que aprova mesmo sabendo que este orçamento porque a culpa é desta Câmara do PSD de há 8 anos para cá, é o de uma Câmara que não tem dinheiro e que empurra dívidas que não sei se não as empurrasse como é que as pagaria este ano também, isso é outra história, alguém que descobrisse a maneira, a CDU não rejeita nunca a responsabilidade de trabalhar mesmo na corda bamba e porque não nos admirou à CDU o aceitar da contenção para as Juntas de Freguesia por parte do PS, não nos admirou por uma simples razão da mesma forma que não eu ouvi há bocado o PS em nome da contenção votar contra uma moção que defende direitos da saúde aos munícipes de Portalegre, não me admirou que as J.F. do PS dentro da cultura de contenção propagada lá de cima cá para baixo aceitassem o corte, porque eu não duvido que se o Governo fosse PSD os cortes eram piores e poderão vir a ser piores, quer do PS, quer do PSD, pouca diferença têm e nós estamos fartos de o dizer, agora não rejeitamos a responsabilidade de ajudar ou de governar se pudermos mesmo só com 1, como às vezes é acusado que ele é que votou contra, ao ponto de propagarem que o vereador da CDU é que estava a evitar que as auxiliares de acção educativa fossem para os quadros quando ele é que as está a defender não sei o quem é que lançou o boato mas tudo bem noz não enjeitamos a possibilidade de governar mesmo que depois nos digam que até estamos a fazer alianças, fazemos alianças com quem entendemos e que merecem e podem ter e convenientemente para aquilo que nos interessa e pode ser conseguido, mais nada. -----

No uso da palavra o **Vereador Realinho** diz que só para acrescentar quer da parte do executivo em funções quer das J.F. é que o vereador do PS esteve presente na reunião com as J.F. ao contrario do vereador da CDU, que não esteve portanto as informações que o vereador do PS tinha que prestar às juntas de freguesia evitaram-se porque ele esteve nessa reunião, pelos vistos os circuitos de comunicação da CDU também não andam como andavam, as coisas estão a ficar mal, estive presente Sr. Dr. Capote eu estive presente, não lhe disseram isso? Esqueceram-se. -----

Usando da palavra **Adriano Capote** responde dizendo que está a falar em Presidentes de Junta, o que a CDU entende é que o Órgão capaz de recusar o abatimento de 35%, em 1.ª instância é o Presidente da Junta eleito para governar a Junta, porque o facto do vereador do partido A, B, ou C lá estar não elimina nem tira a competência e a autonomia ao Presidente de uma Junta que tem que dizer sim ou não, e se o Presidente da Câmara não propôs um orçamento naquela reunião não tinha que o propor a declaração em que não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aceitavam era outra coisa mas eu até percebo que haja confusão, mas a mim não me admirou nem à CDU porque os militantes do PS a nível nacional em nome da contenção e da defesa das medidas de austeridade do Governo, aceitam que as pessoas não tenham transporte de doentes para serem tratadas, provou-se hoje aqui, portanto o que é que me adira a mim.-----

O Presidente da Assembleia da a palavra a **António José Baptista** que diz que em 1.º lugar ao analisar este orçamento, temos que ver a conjuntura em que ele nos chega 1.º aspecto que quero analisar diz respeito à maneira como no último orçamento de Estado foi tratado o poder autárquico em Portugal, todos nós vimos como o PS teve como um dos seus alvos o Poder autárquico e as Autarquias, pelas verbas que a elas lhes afectou e a Câmara de Portalegre foi também altamente prejudicada por esta alteração de critérios, e já nem vou falar na maneira como depois em termos já não de verbas mas em termos de PIDAC foram cirurgicamente escolhidas as Autarquias no nosso distrito, e também igualmente dos outros distritos, com que foram contempladas com mais verbas, porque isso levava-nos para outra discussão como por ex. perguntar porque é que em Campo Maior a verba que é destinada é equivalente à verba da Capital de Distrito, mas isto é facto é que as regras de financiamento das Autarquias mudaram em muito e as limitações económicas e a elas subjacentes são um grave problema com que as autarquias se têm que se concentrar este ano, depois também não quero esquecer a questão da situação económica da Câmara para mim nós fomos eleitos em 2009 não para analisar o passado mas para tentar melhorar e construir o futuro o que lá vai lá vai e o que lá vai foi julgado em 2009. -----

Tenho que dar e quero dar os meus parabéns à CDU porque demonstrou realmente como é estar na oposição com responsabilidade, porque com responsabilidade estando na oposição não é criticar única e exclusivamente e não é estar sempre do lado oposto é criticar quando se deve criticar votar a favor quando se deve votar favor e contra quando se deve votar contra, mas acima de tudo quero dizer que a CDU aqui teve um papel responsável e teve um papel responsável porque pensou em 1.º lugar no interesse da população e no interesse de Portalegre, e é nesse aspecto que eu acho que deve ser a postura de qualquer membro que esteja no executivo e de qualquer membro que esteja eleito e esteja eleito para representar e esteja eleito para tentar ajudar a melhorar a vida de qualquer munícipe. A CDU para mim aqui deu um bom exemplo. Depois também não posso esquecer nem quero aqui descurar a demora que foi para que este orçamento fosse aprovado, como já aqui foi sobejamente falado tanto pelo executivo do PS e do CDU, em termos de bancada, e pelo que me consta e da análise que faço e gostava já agora de ouvir uma palavra dos vereadores do PS se eu estiver errado peço que me corrijam, porque foi aqui dado a entender que foi tentado marcar várias reuniões às quais só o vereador Hugo Capote é que respondeu afirmativamente e foi estar presente e informação que aqui hoje está a ser divulgado é que os vereadores do PS não quiseram estar presente nessas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

reuniões se eu estiver errado e não estiver a falar a verdade corrijam-me porque se esta foi a postura esta não é a postura certa, porque a postura certa é respeitar o resultado dos votos de 2009 e é perceber quem governa e quem é oposição e que tem o dever de ajudar a governar e não de querer governar por quem deve governar. Pois gostaria aqui apenas de focar só mais 2 ou 3 aspectos porque ainda me sobra algum tempo, poderíamos aqui levantar algumas questões, se este é o orçamento ideal, nunca nenhum orçamento é o ideal, falta sempre dinheiro para qualquer coisa e há sempre e há sempre onde se poderia aplicar o dinheiro num lado e não poderia no outro, para mim há áreas que são essenciais e há áreas que são estratégicas, uma das partes da área estratégica diz respeito à cultura, mas a cultura pode ter um sentido muito lato e um sentido muito estrito, para mim e temos aqui um Distrito ao lado que é o Distrito de Santarém um bom exemplo de como a cultura pode ser aproveitada da melhor maneira, não é promovendo festivais que toda e qualquer Câmara do País poderá promover sem se diferenciar umas das outras mas apostando acima de tudo naquilo que é seu, naquilo que a distingue dos outros Municípios, aquilo que o torna uma forte potencialidade em termos turísticos, basta ver o exemplo que Santarém deu quando apostou na divulgação dos produtos gastronómicos, quando apostou na divulgação dos produtos locais quando fez a defesa da festa brava e quando apostou acima de tudo em querer agradar às pessoas locais que conseguiu com isso atrair pessoas de fora, e conseguiu com isso ser hoje em dia uma das grandes capitais do interior, em termos turísticos, por isso e nesse aspecto gostava de lançar uma pergunta ao Presidente da Câmara quais são as suas intenções em termos de divulgação da cultura e da aposta na cultura, mas na cultura popular, na cultura local e naquela que nos distingue e naquela que nos torna mais fortes e daquela que nos dá a conhecer de quem somos realmente lá fora. Depois houve aqui várias questões levantadas que eu também não quero deixar passar em claro, foram levantadas e que estiveram sempre ao longo desta discussão do orçamento que já se arrasta desde Dezembro, diz respeito com a questão, hipoteticamente se este orçamento não fosse aprovado, haveria a hipótese de aprovar outro que fosse muito diferente de este? Não havia, não havia no meu ponto de vista, e aqui levanta-se outra questão se este orçamento não fosse aprovado muito possivelmente iríamos para eleições, poderíamos ir ou não, mas era muito certo que fôssemos, eleições pelo menos do Executivo Camarário, que pode acontecer a situação orçamental mudaria após novas eleições? Iríamos ter um novo orçamento? Não, não iríamos ter um orçamento diferente deste porque não era possível fazer mais, por isso e em termos pragmáticos e como eu acho que acima de tudo a política se deve fazer com pragmatismo e se deve fazer pensando nas pessoas e nos cidadãos e esquecendo acima de tudo os interesses partidários quando eles entram em conflito com as pessoas acho que é uma perda de tempo, e acho que era uma menos valia termos agora eleições e o orçamento ser chumbado, este não é o orçamento do CDS mas no entanto também sei dizer que não temos orçamento agora e também sei dizer que se, se levantasse agora aqui uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

crise eleitoral e uma crise camarária de certeza que a Câmara e de certeza que Portalegre, ficaria muito pior do que está actualmente. Nesse sentido irei e para ser coerente com aquilo que tenho dito, porque o meu voto não o faço depender de qualquer outra coisa, mas apenas da coerência, irei viabilizar este orçamento.-----

**Manuel Marques** intervém para dizer que certamente a sua intervenção já vai um bocadinho afastada do tema das freguesias mas congratula-se pela 1.º vez numa assembleia tanta gente, tanta vez a ser discutido as J.F embora infelizmente pela negativa, era bom que estivéssemos aqui a discutir pela positiva, e só para clarificar porque acha que há aqui um mal entendido, é efectivamente as J.F. foram convocadas para a reunião e foi imposto que havia um corte de 35%, todas reclamamos mas não havia mais nada a fazer foi imposto um corte o que não havia hipóteses era de haver um corte de 35% ouviram todas, não tiveram direito a resposta é só para clarificar isto se houver alguma dúvida ainda, também há presidentes de Junta do PSD, se quiserem intervir e se eu não estiver correcto pede o favor para ajudar a clarificar esta situação.-----

No uso da palavra **Luís Pina** diz que só para fazer uma questão de fundo e com os 2m que lhe sobram é que já vi aqui se invocado várias vezes esta noite que tudo o que a Câmara não faz é por estrangulamento do poder central, diz ter estado a ver algumas notícias da Câmara de Elvas, mas há outras Câmaras que estão a planear duplicar o investimento este ano, e portanto há uma questão fundamental aqui, é tudo desculpa por causa disso ou de facto se é pela forma como as Câmaras são geridas ao longo dos anos, faz-me muita confusão também, porque vejo o Presidente da minha Câmara Municipal a dizer que aos Srs. presidentes de Junta que não tenho má vontade se não dou mais é porque não posso, mas não se vê ter essa boa vontade para com o Governo também, portanto os malfeitores aqui têm um lado só e essa má vontade vem dessa forma também, para dizer sobretudo que fico muito preocupado com a situação que a Câmara de Portalegre vai atravessar no próximo ano e da mesma forma que muito pacificará e muito combate ao deficit está também a ser feito a nível nacional o PS estará pronto a fazer esse combate ao deficit da Câmara de Portalegre também se for o caso disso, nas próximas eleições.-----

**Mata Cáceres** responde dizendo que volta outra vez a começar pelo fim para não se esquecer e porque acha que é oportuníssimo, as Câmaras que neste momento têm muita margem de progressão e muita capacidade de concretizar obra foi aquelas que não fizeram a obra anterior. “Alguns dos Srs. Que são as pessoas dos números, puxem pelos números e façam as contas”, Quem neste momento tem condições de disponibilidade para fazer muitos investimentos é porque não o gastou à anteriori, e porque é que Portalegre neste momento está limitado e sem capacidade para fazer investimento é porque gastou, e o drama





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que aqui está e neste momento a benesse que está a ser dada pelo Governo para apoiando com 80% alguns investimentos não é pelos lindos olhos das Autarquias, é porque está entaladinho com a responsabilidade de devolver verbas à comunidade e então socorre-se de quem lhe pode dar a mão que são as Autarquias e é só por isso, agora as Câmaras que têm neste momento margem de progressão nesta matéria é porque não o gastaram, agora só queria fazer uma pergunta os Srs. Que têm tanta informação privilegiada dentro do circuito onde se movimentam perguntem façam favor e depois digam-nos aqui na próxima Assembleia Municipal quanto é que Castelo Branco dá para as freguesias, quanto é que Elvas dá para as freguesias, e na próxima Assembleia tragam-me aqui essa respostas. s. f. f.,.

**Luís Testa** dirige-se ao P.C. dizendo que par inverter um bocado a lógica aqui na Assembleia quem faz perguntas são os eleitos da A.M. e o Sr. responde se tiver capacidade e competência para isso, muitas das vezes as respostas ficam no ar. Responde o P.C a luís testa dizendo que é elemento da A.M. mas que não fala assim com ele. Eu sou tão eleito como o Sr. e sou eleito Presidente da Câmara, portanto o Sr. enquanto eleito da A.M. não condiciona a sua linguagem que fique entendido isto uma vez por todas.

No uso da palavra **Catarina Dias** começa por dizer que é só para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que a resposta a esta pergunta vai tê-la exactamente amanhã porque foi assim que o Sr. presidente me respondeu na última Assembleia e Ainda estou à espera da resposta e portanto igual à sua vai ter esta resposta de Castelo Branco exactamente amanhã.

**O Vereador Pinto Leite** diz que acha que não vale a pena estar-se aqui a bater mais no ceguinho, ou seja se quiser a Assembleia pode nomear uma comissão de inquérito para saber o que é que aconteceu, com as reuniões do orçamento da Câmara Municipal por ex. Porque só assim porque quer dizer toda a gente diz tudo o que lhe apetece, só já com uma comissão de inquérito para ir ver as actas os e-mai's para ver essas coisas, agora basicamente desculpem lá não vamos agora aos passos todos mas basicamente nós para mim há 2 ou 3 datas muito sensíveis, em 20 de Setembro numa reunião de Câmara nós entendemos que era mais que tempo de se começar a discutir o orçamento que ia ser muito difícil aliás desde o princípio que entendemos que era preciso tomar opções muito drásticas se calhar acabar ou parar com algumas obras grandes porque efectivamente a Câmara já não tinha capacidade discute-se tanto a parar as grandes obras no País e nunca se discutiu isso em Portalegre como seja a via de meia encosta e mais obras na Zona Industrial, que actualmente podem ser muito úteis até para o futuro mais longínquo mas actualmente não resolvem coisa nenhuma peço desculpa mas não era isso que queria dizer, portanto o que está em causa na reunião de 20 de Setembro, nós propusemos um orçamento participativo e começar a discutir as bases do técnicas do orçamento marcou-se uma reunião é factual pode ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

comprovada pela dita comissão se o quiserem fazer, 20 de Setembro foi esta questão marcou-se logo nessa altura a reunião para 15 de Outubro, a reunião de 15 de Outubro foi cancelada, isso convocada por mail's houve mail's a convocar e mail's a desconvocar, e depois perguntamos sucessivamente quando é que se fazia a reunião e foi nos negado digamos as bases técnicas do orçamento porque ainda não tinham sido discutidas pela maioria, nós ainda não vimos e portanto só fazemos a reunião depois de nós vermos e de adiamento em adiamento chegámos à ultima reunião em que era possível discutir orçamento para trazer à A.M. de Dezembro como nessa reunião não havia orçamento nem houve reunião nem havia orçamento, adiou-se a A.M. se estão recordados para 30 de Dezembro salvo erro para se poder aprovar o orçamento e apareceu então um orçamento numa reunião extraordinária há hora da reunião extraordinária, portanto estes são os factos, e a partir daí o Sr. Perguntou o que é que eu tinha a dizer ao orçamento e disse que estava a ler ironicamente, a começar a ler, na reunião extraordinária e portanto optamos por não votar uma coisa que desconhecíamos tínhamos algumas luzes de umas coisas, mas desconhecíamos, e portanto esta foi a história das reuniões para discussão para o orçamento, até à tal reunião última que era para trazer o orçamento à A.M. a partir daí foi convocada efectivamente de boca uma reunião logo para a semana seguinte até aí nunca houve pressa nenhuma, desde 20 de Setembro, até vinte e tal de Dezembro, não houve pressa nenhuma nem reunião nenhuma, e depois na altura entre o Natal e o Ano Novo tinha que se fazer as reuniões todas do orçamento, e para isso efectivamente eu que tenho que estar em Lisboa amanhã às 9 da manhã, e sempre tive disponível para tudo e mais alguma coisa eu nunca neguei aqui qualquer sacrifício pela Câmara de Portalegre, sempre trabalhei muito nesta Câmara, tenho a consciência que tenho parado alguns disparates e tenho contribuído dentro desta oposição de 4 pessoas que têm feito um trabalho excelente alguém o devia também reconhecer aqui e portanto temos trabalhado muito os 4 sem receber um tostão mas isso é lógico fazemo-lo de bom gosto é assim, mas temos trabalhado muito os 4, e portanto depois não foi possível fazer essas reuniões todas, não é entre o Natal e o Ano Novo que se resolvia o problema da Câmara de Portalegre, eu faltei a uma reunião porque não pude mesmo vir, e nunca mais fui convocado para nenhuma esta é a verdade dos factos, podem fazer uma Comissão de Inquérito.

O **Presidente da Câmara** responde que obviamente que não vão fazer Comissão nenhuma é só dizer o seguinte Sr. Vereador eu desde que me lembro quando o Sr. Um dia na Câmara lá em cima antiga aprovou uma moção relativamente à gestão do Polis. Elogiosa, não me lembro já exactamente os termos e no minuto a seguir veio fazer uma manifestação aqui ao pé do relógio, já não me surpreende nada aquilo que o Sr. Está a dizer agora, nada. Vereador contrapõe dizendo que esteve a mentir e o P.C. diz que não foi isso que disse mas que admite que esteja confuso, e que isso só pode ser confusão, mas que repete aquilo que disse e atrás referido.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**Miguel Monteiro** faço questão que fique registado uma vez mais em acta que o Sr. Presidente em vez de esclarecer adequadamente a esta Assembleia e por arrasto os Portalegrenses que está a fazer uma vez mais e pelo menos pela 2.ª vez consecutiva é entrar por uma lógica de mera provocação pessoal que fique registado em acta, fui eu que o afirmei nesta Assembleia. -----

**Miguel Arriaga** intervém para dizer que se calhar para esta Assembleia fazia sentido termos um momento de pausa e um momento em que de facto se discutissem coisas que são importantes, eu acho que o Sr. Presidente aquilo que fez não foi dar nenhum Chazinho ou nenhuma Chazada, porque não era nada disso que pretendia esclareceu muito bem os Portalegrenses, com o esforço significativo que este Executivo tem feito em prol da cidade. Este Executivo Camarário fez e teve uma grande obra com o programa Polis e se bem se recordam e se não se recordam podem consultar a comunicação social da altura o antigo presidente desta autarquia antes do executivo do PSD, nem tinha conhecimento do Programa Polis, quando temos um presidente de Câmara que nem tem conhecimento do programa Polis, temos que estar a tentos e Portalegre não quer, não pode nem vai voltar com certeza a um momento como esse, estamos a falar de um conjunto de situações que provocaram uma série de constrangimentos a este orçamento e temos que falar então daquelas verbas que da Administração Central não vieram e se calhar termos um bocado de respeito como também tive para convosco, e é isso mesmo que vos pedia, aquilo que nós queríamos era também que se calhar aquilo que nós queríamos que de uma forma tão vim como tem feiro o PS agora defendesse o corte das verbas parece que o corte das verbas da Administração Central tem só uma coisa positiva parece tem só uma coisa positiva e parece que não tem nada a ver com, estamos a falar de um conjunto de dinheiro significativo poderia permitir a esta Autarquia fazer um conjunto de obras que seriam muito importantes, parece que aqui há uma oposição que quer trabalhar e uma que quer cortar tudo aquilo que é feito por esta Autarquia. A oposição serve para expor, debater e para trocar ideias e propostas e é isso que os Portalegrense esperam dos Srs. E espero que tenham consciência disso.

### **12 – Grandes Opções do Plano para 2011 da Câmara Municipal de Portalegre;**

- Deliberação de 2011.02.07 –

Presente Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2011.-----

O **P.A** propõe a discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2011 em conjunto mas a votação em separado. Que O P.C. disporá de 15 m



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, 11 votos contra e 18 a favor, aprovar o assunto acima mencionado. ---

**Luís Testa** diz que tanta a declaração de voto como a discussão e como é em conjunto a fará no final da votação do orçamento

**Luís Pargana** também fará a sua declaração de voto depois da votação do orçamento

### **13 – Orçamento para 2011 da Câmara Municipal de Portalegre;**

- Deliberação de 2011.02.07 –

Presente Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2011.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, 11 votos contra e 19 a favor, aprovar o assunto acima mencionado. ----

**Declaração de Voto Luís Pargana (CDU)** O orçamento Municipal é o mais importante instrumento de previsão e alocação dos recursos financeiros técnicos e humanos necessários ao cumprimento das acções e projectos previsto nas grandes Opções do Plano, se as grandes Opções do Plano são o documento previsional de natureza política onde se consagram as linhas da actividade municipal já o orçamento e o respectivo Mapa de Pessoal é um instrumento de natureza técnica para a concretização dessas actividades, consciente de que sem a aprovação desses documentos fundamentais a actividade municipal fica fortemente condicionada acarretando prejuízos objectivos para a população do Concelho de Portalegre, a CDU assumiu desde o início deste processo uma atitude construtiva de participação na construção do orçamento que agora foi votado na Assembleia Municipal, esta é a tradição autárquica da CDU apresentar propostas que vão ao encontro das aspirações das populações, contribuir de modo positivo para que sejam encontradas as melhores soluções para os problemas existentes, assumir uma postura activa e propositiva que ajude a construir consensos que facilitem o progresso e o desenvolvimento do Concelho de Portalegre e contribuam para a qualidade de vida dos seus cidadãos, assim aconteceu na Câmara Municipal de Portalegre onde o vereador da CDU Dr. Hugo Capote deu o seu contributo para tornar este orçamento o melhor documento para sem pretender impor as suas ideias ou desvirtuar opções estratégicas e estruturais definidas pela equipa que ganhou as eleições sempre em clima construtivo e de respeito mútuo, as propostas que apresentou e que ficaram consagradas permitiram maximizar as receitas municipais e conter as despesas correntes, aumentar as verbas de investimento nomeadamente as destinadas a pequenas obras de manutenção e conservação, manter o apoio das Associações Desportivas e Culturais do Concelho de modo a promover o seu desenvolvimento cultural e desportivo, ajustar as reais necessidades da Câmara Municipal garantindo postos de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

trabalho e resolvendo carências como é o caso das Auxiliares de Acção Educativa das Escolas do Concelho, no quadro das competências Municipais em matéria de Educação. Foi também defendido o princípio da não redução de verbas a transferir para as Juntas de Freguesia do Concelho de Portalegre, proposta que acabou por não ficar consagrada em virtude da prévia aceitação por parte de todos os Presidentes de Junta, tanto os eleitos pelo PSD, como os eleitos pelo PS, da diminuição em 35%, das referidas verbas situação que, apesar desse acordo prévio merece a discordância da CDU, não sendo este o orçamento que a CDU apresentaria se tivesse a responsabilidade pela gestão Municipal por defender outro paradigma de desenvolvimento para o Concelho de Portalegre, não temos reserva em o votar favoravelmente pelas razões aduzidas, tanto mais que quando é urgente a convergência de esforços de todos os Portalegrenses, independentemente das suas diferenças partidárias, para contrariar a política de ostracização a que é votado o interior do País e de estrangulamento da actividade das Autarquia Locais resultante da redução de verbas a transferir pelo Governo no âmbito das Lei das Finanças Locais, e que no caso do Município de Portalegre, representa um corte de 700 000 €, só no ano de 2011, a CDU não contribuirá para que a luta partidária destrua ainda mais o pouco que ainda temos em Portalegre e desvie para outros Municípios os poucos recursos que ainda vai sendo possível mobilizar designadamente: Os co-financiamentos comunitários no âmbito do CREN para investimentos estruturais, porque um Município não pode ficar sem orçamento e porque a CDU contribuiu no órgão próprio, a Câmara Municipal para que o orçamento apresentado seja um orçamento melhor os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre, assumem o seu voto favorável.

**Declaração de Voto Luís Testa (PS)** Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, perante um documento como o Orçamento ou as Grandes Opções do Plano e a necessidade de o elaborar, apreciar e votar os responsáveis políticos não poderão deixar de ter em mente a relevância de tais instrumentos, obriga a ética na política que superiores interesse se sobreponham a manobras de bastidores a tacticismos só relevantes em proveito próprio ou a uma subversão de interesses do tipo quanto pior melhor, desta forma e perante este orçamento e as grandes opções do plano, anteriormente já discutidos no órgão proponente a Câmara Municipal, aos eleitos do Partido Socialista caberia inevitavelmente 1 de 2 opções ou votavam de cruz aprovando a bem de supostos interiores superiores do concelho ou reprovavam elencando motivos sustentados e justificativos da sua posição. Pois bem perante um cenário em que ter-se-à começado a trabalhar na preparação destes documentos no fim e bem no fim do último trimestre de 2010, e sem que qualquer dos vereadores da oposição tenha sido chamado a pronunciar-se sobre fosse o que fosse não seria de esperar outra coisa que não fosse o desenlace que veio a ter o primeiro arremedo de orçamento a sua fragilidade enquanto documento bem como a tradução de opções aí tomadas pela Autarquia não poderia deixar de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

redundar num “nado morto” expelido sem vida, sem forma e sem probabilidades de sucesso, quem o apresentou as vereadoras com pelouros e o Sr. Presidente apressou-se a retirar-lo da Ordem de Trabalhos, pasme-se com a explicação de que seria melhor para o Município e que assim haveria mais tempo para a construção de soluções que fossem do agrado geral, nem as evidências de uma incompetência anunciada demoveram a irresponsabilidade de atirar desculpas incoerentes. O PS desde logo e perante a situação de catástrofe financeira do Município se prontificou a gerar soluções e consensos, o PS desde sempre manifestou vontades contudo as proposta enunciadas colidiam com os objectivos gerais de quem governa, o PS determinou que no seu entender e numa altura que todo o concelho passa por uma fase de desânimo, as Associações Locais, Desportivas, Culturais e de Solidariedade Social não podiam ver as verbas que lhe são alocadas reduzidas drasticamente, porque são elas que ainda vão trazendo vida ao Concelho, o PS percebeu que as verbas de apoio às freguesias não poderiam ser reduzidas porque estando próximas das populações estão também próximas dos problemas e das soluções, o PS sabia que nesta fase depressão económica poderiam ser utilizados instrumentos que alavancassem pequenos investimentos através da reabilitação urbana que teriam desde logo esse grande benefício que era o de por a pequena economia a mexer, mas um outro o de revitalizar e requalificar o centro da Cidade, por outro lado seria preciso um despertar de cidadania e ainda que com verbas não muito avultadas foi proposto a implementação de um orçamento participativo onde os Portalegrenses eram de forma activa chamados ao Governo do Concelho, na exacta medida da esperança desta para nós inovadora solução. Obviamente que para estas proposta são necessários recursos e sendo eles tão escassos e depauperados pelos erros constantes de 9 anos de desbarato era fundamental fazer opções, isto é, governar, fazer opções, fazer opções concretas e desinvestir agora naquilo que ao longo de anos já se provou ser errado, por nunca ter trazido qualquer mais valia, uma super estrutura que consome recursos e se torna ineficaz obras faraónicas e pouco reprodutivas que só servem para o alimento de egos e erros de gestão que obrigam a gastar o dobro naquilo que facilmente se faria com metade, para um 2.º turno em busca de um orçamento que pelo menos fosse aprovado seria de esperar o acolhimento de senão de todas de algumas destas reivindicações que mais do que do PS, são reivindicações do Concelho. Pois bem ao contrário do que tem sido propalado, pela enorme língua da mentira os vereadores do PS foram arredados da construção de soluções consensuais e colocados numa situação em que se viram deparados com um documento fechado e concebido e concretizado por uma maioria cujas contas de aritmética tornou mais simples de gerar. O Presidente diz que os Vereadores do PS tem uma política de neutralização, ao invés o Vereador Hugo Capote teve uma postura normal analisou, fez propostas, verificou que algumas das suas ideias não eram exequíveis e entramos em acordo, viabilizando o orçamento, quanto à política de neutralização e à acusação que nela está centrada não cabe responder



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

senão doutra maneira que não seja a de reconhecer nas palavras do Sr. Presidente a forma tenaz como os Vereadores do Partido Socialista se têm batido sempre sozinhos em abono da verdade se diga para que as políticas negativas que vão definhando o Concelho sejam de facto neutralizadas, como é aliás exemplo, a intenção de destruir um equipamento existente e já pago para construir um outro sem sequer ter a garantia de que existem recursos para tal, às expressões infelizes do Sr. Presidente, já estamos habituados desde há muito, relevando esse facto tomamos desde logo, nós como estamos em crer a maioria dos Portalegrenses a liberdade para entender tal política como a política da responsabilidade, da seriedade e do compromisso para quem nos elegeu, mais sublinhamos o facto de se entender que este orçamento que vem agora à Assembleia Municipal se tratar de um documento que em pouco diverge daquele que há uns meses nasceu com certidão de óbito passada e que o reconhecimento dessa similitude terá sido em parte feito pelo Vereador Hugo Capote, não tendo conseguido incluir ideias suas por constatá-las inexequíveis, nesta base é impossível não verificar a incoerência de quem repetidamente diz não ser este o seu orçamento e ao mesmo tempo aprová-lo é impossível não verificar a incoerência de quem diz ter feito sugestões que acompanham as posições dos Vereadores do PS no caso da reabilitação urbana e ao mesmo tempo admitir que o Município só conceda uma parca verba de 5 000 €, para tal projecto, é impossível não verificar a incoerência de propagandear a continuidade no apoio ao movimento associativo e esse apoio ser reduzido drasticamente ainda que verificada uma operação de cosmética retirando apoios ao investimento e apetrechamento transferindo-os para o exercício da actividade, é impossível não verificar a incoerência de quem se reclama uma 1.ª escolha e num ápice se transforma numa 4.ª, se mais argumentos fossem necessários, mais seriam dados mas todos estes bastam para que em nome da ética e da responsabilidade e porque nada se alterou de há 3 meses para cá o Partido Socialista vota contra um orçamento que não é o seu e nem nele se revê.

### **14 – Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para o ano de 2011;**

- Deliberação de 2011.02.07 –

Presente Proposta do Vereadora Adelaide Teixeira, de 2 de Fevereiro de 2011, do mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2011. -----

**Catarina Dias** pede a palavra para e diz que é só porque é muito teimosa e como quando foi a intervenção do público não conseguiu e como tem a ver com o mapa de pessoal vai colocar agora aqui a questão que há bocado não tinha conseguido e gostaria de perguntar à Sr.ª Vice-Presidente quando referiu há pouco que decorreu um concurso para 3 Auxiliares em 2010, foi em que altura que não tem presente o mês, perto de Agosto abriu um concurso onde



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ficaram seleccionadas 3 auxiliares e tinha uma Bolsa de Recrutamento à qual podia recorrer para preencher restantes lugares, há necessidade, segundo aquilo que aqui foi dito de preencher 10 lugares, e a 31 de Dezembro sai a Lei do Orçamento de Estado, os contratos terminam a 3 de Janeiro e vocês querem-nos convencer a todos e fazer de nós parvos a pensar que só nessa altura o Executivo Camarário ia tomar uma iniciativa de preencher estes lugares que estão em falta, continuo a afirmar aquilo que já disse há pouco que há aqui um erro de gestão e uma falta de planeamento, porque estes lugares já deviam estar previstos e estes concursos já deviam estar previstos e se calhar em vez de ter aberto 3, deviam ter aberto mais porque eram realmente essas as necessidades que existiam e portanto não é com a Lei do Orçamento de Estado que serve de desculpa para os contratos que já terminavam a 3 de Janeiro, ora se terminavam a 3 de Janeiro a Lei sai a 31 de Dezembro, não me digam que em 2 dias iam resolver os problema convínhamos.-----

A **Vice-Presidente** responde no sentido de dizer que se calhar não se explicou bem, mas é assim ele não estava previsto em 2010, portanto em orçamento os 14 lugares, 10 foi só referido por um Agrupamento não estava previsto em orçamento, logo temos que esperar pelo orçamento de 2011, o orçamento de 2011 não foi aprovado, e ninguém estava à espera nem pode antever o que é que vem numa lei que sai a dia 31, além de que o procedimento do concurso terminou há muito pouco tempo, apesar de ter sido aberto em Agosto, de 2010, são trâmites que têm que ser de facto cumpridos, há prazos para cumprir. -----

A **Vereadora Paula Alegre** pede a palavra para esclarecer que na intervenção do Vereador Hugo Capote ele quis transparecer que a posição do PS, relativamente às auxiliares de acção educativa, era incoerente uma vez que tínhamos defendido no início e que agora chumbávamos o orçamento e com ele a posição de emprego dessas pessoas, queria realmente só esclarecer que relativamente ao Mapa de Pessoal, o PS votou contra mas com uma declaração de voto que é a seguinte: Se o Mapa de Pessoal contemplasse apenas as Auxiliares de Acção Educativa que tantas fazem aos nossos alunos o PS seria favorável, mas como o Mapa de Pessoal não contempla só estes postos de trabalho, contempla outros que já em outras Assembleias, nomeadamente na 3.<sup>a</sup> Revisão Orçamental foram devidamente esclarecidos o porquê do votar contra do PS, era só mesmo este esclarecimento. -----

**Carlos Vintém** intervém para dizer que acha que isto era no outro ponto de há bocado, mas o Sr. Presidente achou que eu não podia falar e eu não falei, mas depois deu a palavra ao outro ali ao lado, eu só queria perguntar uma coisa porque estou muito preocupado, estas pessoas neste momento estão a fazer um trabalho as auxiliares em que regime estão? O que é um regime de voluntariado? Se acontecer um acidente a uma dessas pessoas, quem é o responsável? Isto é duma gravidade extrema pede desculpa.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**A Vice-Presidente** esclarece que estão como voluntárias e estão com seguros, feitos pela Câmara todas elas.-----

**Carlos Vintém** continua – o regime de voluntariado é um regime que está previsto na lei que não pode ultrapassar 3 horas por dia, que tem direito a subsídio de transporte e de alimentação e que não pode exercer funções que têm que ser feitas por pessoas com contrato de trabalho, eu só estou a chamar a atenção só estou a chamar a atenção, eu considero que isto é duma gravidade muito grande, Deus queira por bem dessas pessoas que nada aconteça.-----

**A Vice-Presidente** insiste em dizer que só estão como voluntárias e em termos jurídicos podem estar e têm um seguro feito pela Câmara, todas elas.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 10 votos contra e 19 a favor, aprovar o assunto acima mencionado.-----

### **Declaração de voto** (Miguel Monteiro - PS)

O Partido Socialista apesar de ter votado contra este ponto da ordem de trabalhos, como é evidente e subscrevendo por inteiro aquilo que foi a posição dos vereadores do Partido Socialista no Executivo Municipal votaria favoravelmente este Mapa de Pessoal se o memo apenas contemplasse a resolução deste problema que se vai infelizmente eternizando relacionado com as Auxiliares de Acção Educativa, ao nesse mapa de pessoal estarem incluídos a criação de outros postos de trabalho que não apenas estes não restava outra alternativa em coerência ao PS senão votar contra.-----

**Luís Pargana** no uso da palavra informa que a declaração de voto apresentada nos outros 2 pontos é extensiva também a este ponto uma vez que o mapa de pessoal é um anexo ao orçamento.

### **15 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2011;**

- Deliberação de 2011.02.07 –

Presente ofício Ref. 1274 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transporte, de 2 de Fevereiro de 2011, com o Mapa de Pessoal daquele Serviço, para o ano de 2011. -----

**Fernanda Bacalhau** (CDU) diz que sobre este mapa de pessoal não pode deixar de tecer aqui algumas considerações sobre exactamente o processo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que leva a que estejamos aqui a analisar mais uma vez este mapa, na A.M. anterior foi debatido este problema foi votado foi rejeitado o mapa por causa de um procedimento concursal incluído neste mapa de pessoal, portanto 1 lugar que já existe e que era necessário lançar um procedimento concursal foi rejeitado esse procedimento e por essa razão estamos aqui hoje e o que me leva a tecer algumas considerações é exactamente a forma como chegamos até agora o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados fez aprovar um mapa de pessoal dos serviços dos SMAT onde aquele lugar fazia parte aquele lugar estava integrado foi aprovado, incompreensivelmente aconteceu este retrocesso e incompreensivelmente também lendo as actas do Conselho de Administração constata-se uma posição também incoerente da parte, nomeadamente que numa data anterior Presidência dos SMAT, tanto mais que num mandato anterior também era presidido pela mesma força política, com certeza os pareceres técnicos que estão questionados foram aqui na última Assembleia certamente suportaram também essa proposta logo pareceres técnicos que do meu ponto de vista e do ponto de vista a CDU têm toda a competência para existir e têm toda a respeitabilidade da nossa parte de qualquer maneira chegou-se agora à conclusão de que aquele lugar seria um lugar em excesso chamemos-lhe assim, e também aqui há incoerência porque não há qualquer justificação porque é que ele existe em excesso, tanto mais e também foi debatido na outra assembleia que os problemas sociais e é de um lugar de um Técnico de Serviço Social que se trata, que é o que faz estarmos aqui novamente a analisar o mapa dos SMAT tanto mais dizia que eu que ultimamente os problemas sociais têm agudizado bastante mais uma vez voltamos ao mesmo percurso, das políticas que impõem dificuldades na vida das pessoas dificuldades essas resultado duma crise que se vive no País e no Mundo, mas dificuldades essas impostas por normas legais que são emanadas do poder Central deste País com ordens ou não a partir de Bruxelas não vamos questionar agora aqui, mas a verdade é que as Águas do Norte Alentejano obrigam a aumentos drásticos nos custos e todos nós sentimos isso nas facturas que recebemos na nossa casa e fruto destas dificuldades todas as famílias mais carenciadas entram em fortes dificuldades e naturalmente também por essa razão necessitam de algum apoio e de assistência social chamemos-lhe assim, por essa razão justificar-se-ia muito mais agora a existência deste lugar que incompreensivelmente o Conselho de Administração aprovou, fez vir à Assembleia Municipal e depois vicissitudes várias levaram a esta troca de posições dum mandato anterior para este mandato e da reunião anterior para esta, portanto e porque mais uma vez defendemos coerência apesar de sermos acusados de falta dela, mas nós temos costas largas para essas questões vamos continuar a manter a nossa posição e por esta razão vamos coerentemente de acordo com a posição assumida pelo representante da CDU no Conselho de Administração dos SMAT, vamos assumir uma posição na votação seguindo a posição dele, não conseguimos compreender como e que uma coisa é criada porque faz falta e depois quem a cria a partir de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

certa altura passa a considerar que ela não faz falta, portanto coerentemente vamos manter a mesma posição.-----

**Miguel Monteiro** intervém para dizer que aquilo que foi considerado como vicissitudes várias para esta inversão da posição não é mais nem menos do que o exercício normal dos Órgão Democráticos existentes neste Concelho, nomeadamente a A.M. que votou conta uma decisão proveniente dos Serviços Municipalizados e já agora sobre essa matéria quero também aqui de certa forma louvar a atitude responsável que foi tida pelos Serviços Municipalizados, nomeadamente ao resolverem esta questão recorrendo àquilo que já são segundo sei serviços que a própria Câmara Municipal pode prestar junto dos Serviços Municipalizados e portanto no fundo o que aqui estamos hoje a fazer é a esclarecer algo que tinha ficado claramente já identificado e trilhado na anterior Assembleia Municipal.-----

**Fernanda Bacalhau**, intervém ainda, para dizer que: Na verdade há retrocesso neste processo, hoje aqueles serviços precisam daquele lugar ou não? A Assembleia Municipal na última reunião passou um atestado de menoridade ao próprio Conselho de Administração, não vamos aqui ludibriar se calhar não saberemos todos, mas muitos de nós sabemos vários dos acontecimentos que ocorreram entretanto e portanto coerentemente nós seguimos a posição do Dr. Amândio Valente, no Conselho de Administração dos SMAT. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com, 3 votos contra e 27 a favor, aprovar o assunto acima mencionado.-----

**Adriano Capote**, pede licença antes de entrar no assunto seguinte, para fazer um tipo de ponto de ordem à mesa referindo que quando foi aprovado o regulamento em termos de regulação de tempo uma das coisas que ficou dita foi que lhe parece que politicamente é incorrecto é que nenhum partido político poderia sem mais nem menos dar o tempo à Câmara, portanto não admitem e que é de mau tom que o PS esteja a dizer que acabou o tempo da CDU quanto o têm cumprido rigorosamente e ele que não fala esse PSD esteja a evitar quando depois da de borla e sem mais nem menos o tempo ao Presidente da Câmara para intervir.-----

**O Presidente da Assembleia**, responde dizendo que recorda que nessa conferência de representantes não estabeleceram tempos para as respostas da Câmara, quer do Executivo quer dos Vereadores tanto daquele lado quer dos da oposição, também não foi e estabelecido e nós aqui não impusemos limites para isso.-----

**Adriano Capote**, diz que: então que se faça assim. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Nomeação do novo Conselho Municipal de Educação;**

- Deliberação de 2011.02.07 –

Presente informação ao n.º 521. de 3 de Fevereiro de 2011, da Divisão dos Assuntos Sociais, Educação ao, Desporto e Juventude, com proposta de nomeação dos novos elementos do Conselho Municipal de Educação, pelas entidades que compõem o Conselho. -----

No uso da palavra **Luís Pargana** refere que da leitura do documento lhe parece que o Conselho Municipal não está de facto preenchido uma vez que faltam membros que estão previstos no art.º 5.º do Dec-lei n.º 7/2003, e que não estão na proposta, nomeadamente os representantes das Associação de Pais e Encarregados de Educação e o representante da Associação de Estudantes, portanto não está preenchido Sr. Presidente. Diz não saber se há alguma proposta para preencher da parte do Executivo, não havendo sugere que o assunto seja retirado e não seja votado, uma vez que não cumpre a obrigação legal.-----

**A Vereadora Ana Manteigas** pede autorização para intervir e esclarece que relativamente a esta situação o assunto já tinha ido a reunião de Câmara e de facto ninguém reparou nesta lacuna que existia, nos temos as nomeações dos representantes da Associação de Pais e pensa que a das Associação de Pais nunca chegou, o lugar ficou vazio, propondo assim e tendo presente da Associação de Pais do Agrupamento n.º 1 que se mantém o Sr. Manuel Braga, da Associação de Pais do Agrupamento n.º 2, neste momento diz não ter presente, pensando que se manteve e não houve alteração, mas estando ali o Presidente a associação de Pais que poderá ajudar, estava o Encarregado de Educação, o Grades, como disse relativamente à Associação de Estudantes nunca houve nomeação, portanto se estes pressupostos se mantivessem aquilo que propunha é fosse aprovado com estes 2 elementos na Associação de Pais.-----

No uso da palavra e ainda sobre este assunto **António Oliveira** diz que era sobre a mesma questão que queria colocar, mas que a resposta da Sr.ª Vereadora lhe tinha suscitado outra dúvida, diz que sabe que tinha existido uma Associação de Pais na Mouzinho da Silveira o porquê de se considerarem só os 2 Agrupamentos? E tem também outra questão sobre o art.º 5.º que fala em 1 representante da Segurança e porque é que surgem 2, é só uma pequena dúvida, 1 da GNR e 1 da PSP, penso eu. -----

A Vereadora **Ana Manteiga** esclarece que relativamente às questões que o Presidente da Junta de São Lourenço levantou, porquê estas 2 associações de Pais – porque quando foi constituído o que existia e as Associações de Pais realmente formadas eram estas 2 a do Agrupamento n.º 1, inicialmente até estava só a do Agrupamento n.º 1 mais tarde é que se juntou um elemento do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Agrupamento n.º 2., não vemos de forma alguma que possa haver uma alteração e quando a Associação de Pais estiver realmente formada e todos os Órgãos eleitos que venha aqui uma proposta de alteração relativamente ao Conselho Municipal de Educação, o mesmo se passa com as forças de segurança, numa determinada altura e quando ainda no tempo do mandato do antigo Vereador Pargana estava apenas uma força de segurança presente que alternavam durante 2 ou 3 anos já não se recorda bem, vinha um elemento e depois alternavam e nós optamos por fazer a substituição e estarem sempre os 2 elementos presentes uma vez que na área do Concelho de Portalegre, temos escolas rurais e escolas urbanas, temos escolas onde está a Polícia de Segurança Pública e Escolas onde está sob a influência da Guarda Nacional Republicana. Portanto há um parecer que nós pedimos relativamente a isso e foi assumido pelo Conselho Municipal de Educação.-----

**Luís Pargana** intervém para dizer que a CDU mantém a proposta que o ponto seja retirado, porque a falta de nomeação de Membros que estão previstos na Lei deve ser devidamente fundamentada, a Assembleia tem conhecer o processo que foi feito uma vez que é apenas um representante, podem existir mais Associações de Estudantes ou seja o processo que a Câmara promoveu para tentar encontrar este representante, para integrar este Órgão e em relação às Associações de Pais naturalmente não vou por em causa a informação que a Sr.ª Vereadora aqui dá, mas se a Sr.ª Vereadora referiu o nome do Sr. Manuel Braga como representante de uma das Associação de Pais, por acaso a esposa é minha camarada de bancada Fernanda que diz que o Manuel Braga vai sair da Associação de Pais, portanto não estará disponível, não estou a por em causa a informação da Sr.ª vereadora e às vezes os cônjuges não conhecem tudo da vida política e social uns dos outros, mas efectivamente há aqui umas dúvidas, e adicionando também a dúvida colocado pelo António Oliveira, eu sugeria mesmo a retirada do ponto e a apresentação apresentada em próxima A.M.-----

**Luís Testa** pede a palavra e diz que este é mais um dos exemplos como muitos dos assuntos que vêm à Assembleia Municipal vêm a meio gás, aprova-se assim e depois logo se vê, como é que se completam as coisas, isto não é a forma curial de se tratar o Órgão A.M. e o PS corroborando a posição da CDU, propõe mais, propõe que pudesse ser alterado o regulamento do Conselho Municipal de Educação para albergar as novas realidades e viesse então já um novo regulamento para constituir um novo Conselho Municipal de Educação de acordo com realidades que se estão a perspectivar inclusivamente eu nem sei porque é que o regulamento Municipal do Conselho de Educação diz especificamente o Presidente da Associação da escola A, e perante estas novas lógicas aquilo que seria razoável era não aprovarmos agora a constituição do C.M.E, e das duas uma, ou se completava a lista de membros e vinha então à A.M. outra hipótese é mudar o regulamento, acolhem-se as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

novas realidades e então de uma forma mais duradoura esse novo regulamento e uma nova composição à Assembleia Municipal.-----

**Luís Pargana** pede a palavra só para concordar enfim em tese com a intervenção do Luís Testa, com uma discordância fundamental, é que a composição do CME efectivamente tem lapsos tem coisas muito mal feitas mas não é um regulamento municipal, decorre dum Dec-lei e portanto é tempo de ser corrigido e das influências que a bancada do PS da AMP possa ter sobre o Governo Socialista que exerce funções governativas que levem esta sugestão de alteração e de correcção.-----

**Luís Testa** diz que só por gracejo! Vamos lá a ver propostas todas as bancadas representadas na Assembleia da Republica o podem fazer, inclusivamente a da CDU.-----

A **Vereadora Ana Manteigas** intervém só para responder à esposa do Sr. Manuel Braga e dizer que quem me alertou para este facto foi hoje à 5 e meia da tarde, quando eu saí da Câmara para ir buscar o meu carro à oficina e voltei, quando o Sr. Manuel Braga me telefona e diz Vereadora o que é que se passa que alguma coisa não está bem, e eu fui ver e ele disse já sabe pelo Agrupamento n.º 1, sou eu que estou nomeado e lá estarei, peço desculpa Fernanda.-----

**Fernanda Bacalhau** responde à questão explicando que durante o mês de Março vai haver eleições para a Direcção da Associação de Pais e o Manuel Braga vai sair, porque a nossa filha vai sair daquele Agrupamento se tudo correr bem, está no 9.º Ano, portanto ele como representante da Associação de Pais do Agrupamento n.º1 não poderá continuar.-----

**Vereadora Ana Manteigas** contrapõe dizendo que nessa altura à saída dele será eleito na nova direcção outra pessoa que nos faz chegar a nomeação dessa pessoa.-----

O **Presidente da Assembleia** neste momento propõe a votação da proposta de retirada do ponto em questão.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 10 votos contra e 14 a favor, retirar o assunto respeitante à **Nomeação do novo Conselho Municipal de Educação;** -----

O **Presidente da Mesa**, solicitou aos Membros ainda presentes que não abandonassem a sala, sem que fosse votada a minuta da Acta, para que a mesma pudesse produzir efeitos. A mesma foi aprovada por unanimidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **FALTAS:**

=====

Não se verificaram. -----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 1.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, eram 2,03, do dia 29 de Fevereiro do ano de 2011 e da qual foi lavrada a presente acta, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, \_\_\_\_\_, 1.º Secretário da Mesa, a redigi e subscrevo.